



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ (UESPI)
CAMPUS POETA TORQUATO NETO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS (CCHL)
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

Renan Valadares Moura

**História e Memória da Escola Demóstenes Avelino em Teresina (Piauí) de
1942 à 1972.**

Teresina (PI)

2025

Renan Valadares Moura

História e Memória da Escola Demóstenes Avelino em Teresina (Piauí) de 1942 à 1972.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual do Piauí. Orientador: Prof^o Dr. Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo.

Teresina (PI)

2025

Local da Ficha Catalográfica

Folha de Aprovação

Renan Valadares Moura

História e Memória da Escola Demóstenes Avelino em Teresina (Piauí) de 1942 à 1972.

Monografia apresentada, como requisito parcial para obtenção do título Licenciado em História, pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

Aprovada em: ____/____/____

Banca de Examinadora:

(Orientador)

Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Membro

Universidade ou Instituição (sigla)

Membro

Universidade ou Instituição (sigla)

Teresina (PI)

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me abençoou com a família que tenho e pelas companhias que colocou em minha vida ao longo desta caminhada, e que sempre esteve presente me guiando diante das adversidades, renovando minhas energias. Este trabalho pôde ser concluído diante da fé e da convicção de que o esforço sempre traz aprendizado. Cada obstáculo enfrentado se transformou em oportunidade de amadurecimento, e cada conquista foi fruto da dedicação e do apoio das pessoas que caminharam ao meu lado.

À minha esposa, Rachel Cardoso Pinho, companheira de todas as horas, que foi uma das grandes incentivadoras, um verdadeiro alicerce para que pudesse concluir esse objetivo. Obrigado pela paciência e dedicação meu amor!

Às minhas filhas tão amadas, Rafaela e Maria Helena, vocês são os maiores presentes que Deus me deu. Obrigado por tornarem meus dias mais alegres, vocês foram fundamentais nessa caminhada, essa conquista é de todos nós.

Aos meus pais Paulo Assis Moura e Neusa Maria de Melo Valadares, por todo amor e suporte que me proporcionaram ao longo da vida. As lições de vida, os bons exemplos e as advertências, serviram de base para conclusão dessa jornada, gratidão eterna!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo, expresso minha mais profunda gratidão por sua orientação generosa, empatia, dedicação e paciência. Seus conselhos frequentes e suas observações precisas, as quais foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e para minha formação acadêmica.

Aos amigos da universidade, que dividiram comigo os sonhos, as angústias, os objetivos e os medos durante esses anos de licenciatura. Sou grato à turma pela acolhida e receptividade. Agradeço ao meu amigo João Diórgenes pela parceria que teve início na disciplina de História das Américas. Agradeço aos amigos Carlos Jorge, Deusimar Batista, Lucas e Pedro Moraes pelas trocas de conhecimento, pela parceria e conversas descontraídas, gratidão à todos.

Aos professores do curso de Licenciatura Plena em História da UESPI, expresso minha sincera gratidão pelos ensinamentos e pelas provocações intelectuais que ampliaram minha visão de mundo. Cada disciplina, cada discussão e cada leitura foram fundamentais para a formação do senso crítico e construção do conhecimento. À professora Clarice Helena Santiago, pela transmissão de senso de justiça, disciplina e responsabilidade no ensino de

História; ao professor Alcebíades Costa, pela leveza nas reflexões sobre a História do Brasil e a vida; à professora Viviane Pedrazani pela instigação do senso crítico; à professora Joseanne Marinho, pela paciência e o compartilhamento de seu vasto conhecimento; às professoras Patrícia Sadaíke e Gizele Lima, cuja breve presença deixou marca significativa na turma; à professora Ana Cristina, pelas provocações e problematizações que contribuíram para nossa formação acadêmica; ao professor Raimundo Nonato pelas reflexões, conselhos e ensinamentos.

Agradeço à Coordenação do Curso de História, gerido pelo professor Sérgio Brandim, pela resolutividade e presteza no atendimento das demandas; à servidora Constância, na qual estendo meus agradecimentos a todos os funcionários e colaboradores da Universidade Estadual do Piauí, que trabalham diariamente para proporcionar um ambiente acolhedor e de desenvolvimento e aprendizado do conhecimento.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram para minha formação acadêmica e humana ao longo dessa trajetória. Sem o apoio e a colaboração de tantas pessoas, este trabalho não seria concretizado.

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha esposa, cujo amor incondicional e incentivo constante me sustentaram em cada momento desta caminhada. Obrigado por acreditar em mim mesmo quando eu duvidei das minhas próprias forças.

Às minhas filhas, que são minha alegria, meu futuro e minha maior motivação. Cada sorriso de vocês renovou minha vontade de continuar e concluir mais esta etapa.

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo pesquisar sobre a história e memória da Escola Demóstenes Avelino no recorte temporal dos anos de 1942 à 1972 período em que a instituição em análise figurou como uma Escola Modelo. A atuação de Felismino Freitas na inauguração e gestão da escola, foi imprescindível para o desenvolvimento da educação no Estado do Piauí. Buscou-se analisar a importância exercida pela escola na disseminação do conhecimento. Para isso, discorremos sobre a história da educação no período republicano e, posteriormente, a história da educação no Piauí. Verificar as políticas desenvolvidas na Era Vargas e o impacto dessas ações na formação do corpo docente, metodologia desenvolvidas com os alunos, construção e formulação do conceito de educação moderna. Verificou-se uma política voltada para o desenvolvimento do senso crítico dos alunos. A *revista Zodíaco* foi um canal de propagação de ideias de jovens intelectuais piauienses que versavam sobre assuntos diversificados, incluindo temas que discutiam ideias da política nacional e internacional. Posteriormente, alguns desses colaboradores constituíram os quadros de intelectuais do estado do Piauí. Discorrer sobre a história e memória da Escola Demóstenes Avelino é de fundamental importância para compreendermos as transformações no setor da educação no recorte proposto. A metodologia empregada foi o uso de fontes históricas, tais como documentos escolares, edições da *revista Zodíaco*, legislações educacionais, estatutos institucionais, além de fontes bibliografias especializadas sobre a educação na Era Vargas. A abordagem utilizada é qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, buscando articular memória, história e identidade institucional por meio de uma leitura crítica das fontes selecionadas.

Palavras-chave: História da Educação; Piauí; História e Memória; Escola Demóstenes Avelino; Felismino Freitas.

ABSTRACT

This monograph aims to research the history and memory of the Demóstenes Avelino School during the period from 1942 to 1972. During this time, the institution was considered a model school. Felismino Freitas's role in the school's inauguration and management was essential for the development of education in the state of Piauí. The study sought to analyze the importance of the school in disseminating knowledge. To this end, it discusses the history of education during the republican period and, subsequently, the history of education in Piauí. It examines the policies developed during the Vargas Era and the impact of these actions on the training of the teaching staff, the methodologies developed with students, and the construction and formulation of the concept of modern education. It also identifies a policy focused on developing students' critical thinking. The magazine *Zodíaco* served as a channel for disseminating the ideas of young intellectuals from Piauí, covering diverse subjects, including national and international political issues. Later, some of these collaborators formed the intellectual circles of the state of Piauí. Discussing the history and memory of the Demóstenes Avelino School is of fundamental importance for understanding the transformations in the education sector within the proposed timeframe. The methodology employed was the use of historical sources, such as school documents, editions of the *Zodíaco* magazine, educational legislation, institutional statutes, as well as specialized bibliographies on education in the Vargas Era. The approach used is qualitative, descriptive and interpretative in nature, seeking to articulate memory, history and institutional identity through a critical reading of the selected sources.

Keywords: History of Education; Piauí; History and Memory; Demóstenes Avelino School; Felismino Freitas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Colégio Demóstenes Avelino p. 27

Imagem 2 – Prédio onde funcionou a Escola Demóstenes Avelino p. 28

Imagem 3 – Propaganda do Ginásio Dr. Demóstenes Avelino p. 30

Imagem 4 – Batalhão Professor Felismino Weser p. 39

Imagem 5 – Revista Zodíaco, Ano I, n. 2, 11 jul. 1943, p. 10 p. 48

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

FNE – Fórum Nacional de Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério,

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MES – Ministério da Educação e Saúde

SUMÁRIO

1. Introdução	13
2. Ordem e Progresso”: apontamento para história da educação no período republicano.	15
2.1 A educação como ferramenta de formação cidadã.	15
2.2 A educação piauiense no período republicano	22
3. A Escola Demóstenes Avelino como referência e modelo na educação piauiense.	37
3.1 A escola Demostenes Avelino sob o impacto das reformas educacionais de Getúlio Vargas.	37
3.1 Revista Zodíaco: berço de intelectuais piauienses	48
4-Considerações finais.	56
5-Referências	59

1.0. Introdução

A história da educação no Piauí revela um percurso marcado por desafios estruturais, iniciativas isoladas e esforços contínuos para consolidar uma rede de ensino capaz de atender às demandas sociais e culturais do estado. Inserida nesse contexto, a Escola Demóstenes Avelino tornou-se uma das instituições mais significativas do cenário educacional piauiense ao longo do século XX, desempenhando um papel relevante na formação de estudantes, na organização pedagógica do ensino secundário e na produção de práticas culturais que ultrapassaram os limites escolares. Fundada em 1942, durante o governo de Getúlio Vargas, a escola surgiu em um momento de intensas reformas educacionais, em que a centralização administrativa, o civismo e a disciplina compunham o eixo central da política educacional brasileira.

A compreensão da trajetória da Escola Demóstenes Avelino requer o retorno ao período republicano, especialmente porque as primeiras décadas do regime moldaram o modo como o estado brasileiro passou a conceber a educação como instrumento de construção nacional. As reformas empreendidas na Primeira República, ainda que limitadas e permeadas de contradições, lançaram as bases para a estruturação do ensino público e para a criação de instituições essenciais, como escolas normais, grupos escolares e estabelecimentos privados que, juntamente com o poder público, passaram a configurar o mosaico educacional do Piauí. Esse ambiente contribuiu para o surgimento de instituições que marcaram a vida urbana de Teresina, entre elas o Ginásio Demóstenes Avelino.

Nesse sentido, esta monografia tem como objetivo analisar a história e a memória da Escola Demóstenes Avelino entre os anos de 1942 e 1972, investigando sua importância no desenvolvimento educacional do Piauí e seu papel como agente formador de gerações de estudantes. A pesquisa busca compreender não apenas a estrutura escolar, mas também os significados simbólicos associados à instituição, entendendo-a como espaço de sociabilidade, produção cultural e afirmação da identidade. Para tanto, o estudo dialoga com o campo da História da Educação, com autores que refletem sobre memória e patrimônio, e com fontes documentais relevantes, entre elas a Revista Zodíaco periódico produzido no ambiente escolar que se consolidou como espaço de expressão intelectual e literária dos estudantes.

O Capítulo 1 apresenta uma discussão sobre a educação brasileira no período republicano, com foco nas políticas educacionais implementadas no Piauí e nas transformações que influenciaram a criação de novas instituições. Aborda-se a articulação entre poder público e iniciativa privada, as reformas empreendidas e os desafios estruturais que marcaram o ensino piauiense, fornecendo o pano de fundo necessário para compreender o contexto em que a Escola Demóstenes Avelino foi fundada.

O Capítulo 2 dedica-se à trajetória da escola, destacando sua criação, características organizacionais, práticas pedagógicas e o impacto das reformas educacionais de Vargas em sua estrutura. Evidencia-se a atuação do professor Felismino Freitas, figura central na consolidação do modelo de ensino adotado pela instituição. Além disso, analisa-se a Revista Zodíaco como espaço de formação intelectual, configurando-se como berço de jovens escritores e veículo de difusão das atividades escolares e civis, reforçando a articulação entre educação e cultura.

Assim, esta pesquisa se fundamenta na compreensão de que história e memória são dimensões indissociáveis da experiência humana e institucional. O estudo da Escola Demóstenes Avelino permite não apenas recuperar acontecimentos e práticas, mas também compreender como sujeitos, documentos e tradições produzem sentidos sobre o passado. Ao retomar essa trajetória, busca-se contribuir para a preservação da memória educacional piauiense e reforçar a relevância de instituições que marcaram a formação cultural e social de Teresina.

2.0. “Ordem e Progresso”: apontamento para história da educação no período republicano.

A Proclamação da República, em 1889, inaugurou no Brasil um novo modelo de organização política e institucional que repercutiu diretamente no campo da educação. Sob o lema “Ordem e Progresso”, as elites dirigentes buscavam modernizar o país por meio de reformas administrativas, centralização estatal e difusão de ideais positivistas. A instrução pública passou a ser vista como instrumento estratégico para consolidar o novo regime, orientar práticas cívicas e moldar o perfil do cidadão republicano. No Piauí, essas transformações ganharam contornos próprios, influenciadas pela realidade econômica provinciana, pelos limites estruturais e pela lenta urbanização, mas também por iniciativas de intelectuais, gestores e instituições que procuravam inserir o estado no projeto civilizatório republicano.

Este capítulo discute a educação como ferramenta de formação cidadã e analisa a organização do ensino piauiense durante a Primeira República (1889–1930), destacando reformas, instituições e atores sociais que contribuíram para o desenvolvimento da instrução no estado. Busca-se ainda compreender como a criação de escolas secundárias, entre elas o Colégio Demóstenes Avelino, se articulou ao esforço de modernização educacional e de formação das elites locais.

2.1 A educação como ferramenta de formação cidadã.

Para entendermos a história da educação no período republicano devemos fazer menção à primeira república, que foi um período compreendido pelo lapso temporal de 1889 à 1930. Este período ficou caracterizado pela herança das estruturas do império, onde podemos citar a crise econômica, com altas dívidas, inflação, a abolição da escravidão e uma sociedade na sua maioria sem instrução, com um alto índice de analfabetismo.

Os anos de 1930 à 1945, historicamente conhecidos como a Era Vargas, se configurou por uma maior intervenção do Estado na educação, especialmente com a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES) e a formulação das primeiras políticas nacionais direcionadas para esse setor. A Constituição de 1934 ratificou a educação como um direito de todos e um dever do Estado.

No fim do Estado Novo, o Brasil vivenciou um contexto de redemocratização, caracterizado por governos populistas que perdurou até o golpe militar de 1964. A partir de então, a educação serviu como meio de instrumento de controle ideológico, com a censura e o ensino técnico voltado para a produtividade. Também foi alvo de resistência e luta por parte de educadores e movimentos sociais.

Com a Constituição de 1988 e a consolidação do Estado Democrático de Direito, a educação ganhou novo status, tornando-se um direito fundamental. A partir de então, políticas públicas passaram a focar na ampliação do acesso e na melhoria da qualidade do ensino, especialmente com a criação de instrumentos como o Fundef (1996), Fundeb (2007 e 2020), o PNE (2001 e 2014), e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Desde o início da República, a educação foi concebida como mecanismo essencial para a construção do novo regime político. As lideranças republicanas defendiam que a escola deveria formar sujeitos aptos a compreender e exercer direitos políticos, adotar práticas cívicas e contribuir para o progresso material e moral da nação. Assim, difundiu-se a ideia de que a instrução pública não era apenas um serviço social, mas uma política de Estado.

“A República investiu no ensino primário como meio de difundir os valores cívicos e republicanos, formando cidadãos capazes de integrar o novo regime. A escola era vista como instrumento de construção das almas republicanas.” (CARVALHO, 1990, p. 56). Podemos verificar que esse pensamento revela um ponto central para compreender o início da República no Brasil uma vez que a educação foi concebida mais como um projeto político e civilizatório do que como uma política social universal. Dessa forma, analisamos que o novo governo via a escola como espaço privilegiado para consolidar o imaginário republicano.

Feita esta contextualização sobre a história da educação na República, temos que observar que o ideal republicano, desde o início, buscou consolidar o pensamento de um Estado moderno, caracterizado por uma sociedade ainda muito marcada pela desigualdade e pela exclusão social. A educação foi vista como a chave para essa transformação, uma vez que ela poderia formar um novo tipo de cidadão, fundamentado com as ideais republicanas de ordem, progresso e igualdade. Nesse contexto, a educação passou a ser encarada como uma ferramenta fundamental para a promoção de valores como a cidadania, a participação política e o espírito de coletividade.

De acordo com o pensamento de Bittencourt:

As reformas educacionais empreendidas durante a Primeira República inscrevem-se no esforço de construção de uma sociedade orientada pelos ideais de ordem, progresso e igualdade propagados pelas elites dirigentes. A escola pública foi concebida como o principal instrumento para disciplinar a população, difundir valores cívicos e consolidar a identidade nacional. Nesse contexto, os programas de ensino, os métodos pedagógicos e a formação dos professores passaram a expressar uma pedagogia cívica que buscava harmonizar a ordem social com o progresso científico. Embora se proclamasse a igualdade de todos perante a instrução, tal princípio permaneceu mais no plano simbólico do que na realidade concreta, pois a estrutura educacional continuou marcada por profundas desigualdades regionais e sociais. Assim, a educação republicana revela a tensão permanente entre o discurso igualitário e a prática excludente, tensionando o ideal de modernização com os limites históricos da sociedade brasileira.” (Bittencourt, 2008, p. 97).

A análise apresentada por Circe Bittencourt permite compreender com profundidade os empecilhos que atravessaram o projeto educacional da Primeira República. A escola foi mobilizada como instrumento político para sustentar os ideais de ordem, progresso e igualdade, amplamente difundidos pelas elites republicanas. Podemos verificar também que os problemas estruturais, como por exemplo, uma educação de péssima qualidade ainda persistia.

O ideal republicano era fazer a transformação da sociedade por intermédio da educação. Esta tarefa árdua encontrou entraves na sua efetivação, em virtude da incapacidade de lidar com inúmeros problemas sociais, como por exemplo: número de escolas insipiente, professores sem capacitação profissional, a influência política e alto índice de analfabetos.

No entendimento de Ferro “a influência na contratação de professores na rede pública acontecia rotineiramente. A indicação era feita por uma pessoa de prestígio político, sem levar-se em conta a aptidão, o preparo ou a capacidade para o exercício da profissão”. (FERRO, 1996). A observação de Ferro evidencia uma prática histórica recorrente na administração pública brasileira: o uso de nomeações como moeda de troca política. Ao afirmar que a indicação de professores para a rede pública acontecia “sem levar em conta a aptidão, o preparo ou a capacidade para o exercício da profissão”, o autor denuncia uma lógica clientelista que priorizava vínculos pessoais e interesses partidários em detrimento da qualificação profissional. Essa dinâmica não apenas comprometia a qualidade do ensino, como também reforçava relações de dependência política, tornando o acesso a cargos públicos um instrumento de manutenção do poder. Assim, a citação não trata apenas de um problema administrativo, mas de uma estrutura político-social mais ampla, que impactava diretamente a formação educacional e o papel do Estado como garantidor de direitos.

Verificamos como a influência política refletia nos caminhos da educação no período em discussão. É cristalino que a deficiência e desqualificação dos profissionais que

atuavam na disseminação do ensino se comunicavam de uma maneira negativa, refletindo nos resultados educacionais. Então, o projeto almejado pelos republicanos, se confrontava diretamente com a realidade prática de uma estrutura enraizada com uma formação deficiente de professores, associados com fortes influências políticas.

Inspiradas pelo positivismo, pelas correntes pedagógicas europeias e pelos ideais do liberalismo republicano, as primeiras reformas educacionais enfatizaram a moral cívica, a disciplina, a racionalidade científica e a valorização do trabalho. Na virada do século XIX para o XX, o país testemunhou a expansão dos grupos escolares, instituições concebidas como modelo de escola moderna, com edifícios próprios, professores especializados, métodos graduados e currículos voltados à formação integral do aluno.

Lilia Moritz Schwarcz mostra que, nos primeiros anos da República, o pensamento positivista e o cientificismo desempenharam papel fundamental na formulação de teorias sobre raça, hierarquia social e modernização nacional. A autora explica que as elites intelectuais utilizaram o repertório científico do período inspirado no positivismo de Comte, no evolucionismo e na antropometria, como forma de legitimar políticas de Estado e construir uma identidade republicana que se pretendia moderna, racional e guiada pela ciência. Para Schwarcz, esse uso político da ciência reforçou desigualdades, naturalizou hierarquias raciais e ajudou a moldar instituições educacionais, policiais e administrativas nas primeiras décadas do regime republicano. (SCHWARCZ, 1993).

De acordo com a citação acima, o positivismo ocupa lugar central na construção do pensamento científico e político que orientou as elites brasileiras no final do século XIX e início do XX. A República proclamava valores modernos como “ordem” e “progresso”, esses ideais estavam profundamente associados a correntes científicas europeias, especialmente ao positivismo de Comte, ao evolucionismo e ao determinismo racial. Portanto, quando Schwarcz afirma que a ciência foi mobilizada para legitimar políticas estatais e organizar a nova sociedade republicana, ela destaca que o positivismo não foi apenas uma doutrina filosófica e, sim, uma ferramenta política.

Nesse contexto, a escola foi mobilizada como espaço de implantação de valores republicanos, seguindo noções de respeito às instituições, higiene, ordem, patriotismo, progresso e pertencimento nacional. Os currículos incorporaram conteúdos de história e educação moral e cívica, visando consolidar identidades e fortalecer a autoridade do Estado sobre a sociedade. Ainda que houvesse forte desigualdade no acesso ao ensino,

particularmente nas áreas rurais e regiões menos desenvolvidas, o discurso oficial reforçava a educação como base da transformação social e como garantia de estabilidade política.

A Primeira República, portanto, consolidou a concepção da educação como ferramenta de formação cidadã, ainda que sua efetivação prática variasse de acordo com as condições econômicas e socioculturais das diferentes regiões brasileiras. No Piauí, tais princípios ganharam contornos específicos, como analisado a seguir.

Como falado anteriormente, o período republicano brasileiro, trouxe consigo uma série de transformações políticas, sociais e culturais que marcaram a história do país. Dentre essas mudanças, a educação se tornou um instrumento estratégico para a consolidação do Estado republicano e para a construção de uma nova identidade nacional. No contexto da República, a educação foi vista não apenas como uma forma de transmissão de conhecimento, mas também como um caminho essencial para a formação da cidadania, da ordem, do progresso e ideais que se entrelaçam com a cultura política da época.

Para entender a relação entre educação e cidadania na República, é necessário analisar o papel que a escola e o ensino tiveram na construção da ordem social e política no Brasil, bem como as especificidades regionais, que viveram realidades particulares no campo educacional.

Cumpre destacar que a frase “Ordem e Progresso” impressa na bandeira nacional, remete a uma construção de uma nova ordem social, pautada em princípios de civilidade e racionalidade. Nessa órbita, a escola teve um papel preponderante na formação cívica, uma vez que, o objetivo era formar uma sociedade capaz de absorver e colocar em prática os ideais republicanos. As reformas educacionais, tanto em nível federal quanto estadual, procuraram atender a esse escopo por meio da ampliação do ensino público, da secularização das escolas e da criação de um currículo voltado para a formação moral e cívica dos alunos.

É válido ressaltar que, a educação nesse período é marcada pela crítica às contradições e limitações da educação formal brasileira e pela reflexão sobre os modelos educacionais adotados, especialmente a partir da Primeira República. O setor da educação é visto como um campo de luta política, onde os modelos educacionais eram frequentemente usados para perpetuar desigualdades sociais e para formar cidadãos que atendiam aos interesses das elites dominantes. De acordo com Saviani "a educação, no Brasil, sempre foi um campo de disputa. As classes dominantes nunca estiveram dispostas a abrir mão do controle sobre a formação do povo."

De acordo com o pensamento de Saviani podemos inferir que a educação é um campo de muitos conflitos e que os procedimentos adotados dependem dos projetos políticos em pauta. A escola é uma garantidora na reprodução de valores, conhecimentos e comportamentos na formação do cidadão. Esse entendimento serve para reforçar, o caráter político da educação e não apenas a função de transmitir conhecimentos. Entender essa dinâmica é fundamental para analisar qualquer período histórico, sobretudo em nosso país.

O período Republicano foi fortemente influenciado pelos ideais positivistas. Seguindo uma linha de coerência e raciocínio, as políticas educacionais neste contexto também estão alinhadas com tais ideais. A ideologia positivista ajudou a consolidar a corrente de que a educação deveria ser voltada para a ordem e o progresso do Brasil com o foco principal direcionado para a disciplina, a moral e a cidadania. Dessa forma, o governo republicano buscou implantar um sistema educacional que conciliasse a formação de uma identidade nacional com os valores republicanos.

Segundo José Murilo de Carvalho (2008), as ideias positivistas exerceram influência decisiva na educação da Primeira República ao defenderem que o sistema escolar deveria funcionar como instrumento de formação moral e cívica do povo. Para o autor, os positivistas acreditavam que somente por meio de uma educação racional, científica e orientada pelo Estado seria possível consolidar a nova ordem republicana e moldar cidadãos disciplinados, obedientes e comprometidos com a estabilidade social.

A reflexão de José Murilo de Carvalho evidencia que a educação, no contexto da Primeira República, não pode ser compreendida fora do projeto político que buscava consolidar a nova ordem republicana. Ao destacar a influência das ideias positivistas, o autor demonstra que o ensino foi concebido como um instrumento estratégico para a formação moral e cívica do povo, reforçando o papel do Estado como orientador da vida social. A perspectiva apresentada por Carvalho contribui no entendimento de como a educação na Primeira República esteve vinculada a disputas simbólicas e políticas mais amplas, revelando que o processo educacional foi mobilizado como ferramenta de consolidação do novo regime e de manutenção da estrutura de poder vigente.

O modelo educacional introduzido na república favorecia uma minoria, ocasionando um ostracismo para as camadas populares que não tinham acesso a uma educação de qualidade. As disciplinas eram ensinadas de forma isolada e sem conexão com a realidade cultural dos alunos, portanto, demonstrando um ensino muito frágil e ineficiente.

Nesse período, o estado brasileiro se caracterizou por uma abordagem autoritária no que tange a implantação das reformas educacionais, sempre em consonância com os interesses das classes mais abastadas e sem considerar de fato as necessidades da população mais carente. No entanto, essas reformas não foram suficientes para promover uma verdadeira transformação social e educacional.

Saviani assevera que "a educação brasileira sempre foi uma forma de dominação ideológica, que visava à adaptação do indivíduo ao sistema, sem promover uma verdadeira transformação social." Entendemos que a educação deve ser democrática, acessível e de qualidade para todos os cidadãos, independentemente da classe social, raça ou gênero. Ela deveria ser um direito de todos, sendo o alicerce para a construção de uma sociedade mais justa e isonômica. Com esse entendimento, o acesso à educação não deveria ser restrito a uma camada da população, mas estender-se a todos os cidadãos, como um bem da coletividade.

Na observação de Saviani é mister destacar que a educação atuou como mecanismo de dominação ideológica voltado à adaptação dos indivíduos ao sistema que anunciava a escola como promotora de civismo, progresso e cidadania. Tal perspectiva é essencial para compreender que, apesar das reformas e do investimento simbólico no ensino durante a República, a estrutura educacional manteve-se submetida aos interesses das elites dirigentes, funcionando como aparelho de conservação da ordem social vigente.

A educação deveria ser utilizada como meio de superação das desigualdades sociais e instrumento de emancipação social e política, e não apenas uma via para ascensão individual ou reprodução de uma ordem desigual e excludente. Como vimos anteriormente, a educação na primeira República era voltada à formação das elites e era caracterizado por um modelo conservador, uma vez que o povo era mantido à margem dos processos decisórios.

Anísio de Abreu defende o pensamento que: "o sistema educacional brasileiro é elitista e excludente, pois destina a educação de qualidade apenas para uma minoria. A escola deve ser um meio de superar essa desigualdade." (TEIXEIRA, 1952). Com esse entendimento, observamos que a educação aparece como um elemento estratégico no processo de reorganização institucional que acompanhou os primeiros anos da República no Brasil.

Ademais, esse apontamento é particularmente relevante para a compreensão do período republicano, momento em que se intensificaram projetos de modernização que, apesar de avançarem na organização do ensino, não romperam com a lógica da exclusão. A educação

continuou concentrada nas zonas urbanas, voltada à formação de quadros administrativos e intelectuais ligados ao Estado e às camadas médias, enquanto a população mais pobre permanecia à margem da escolarização.

A reflexão de Florestan Fernandes, coaduna com os autores citados outrora no sentido de que “a estrutura educacional da República Velha serviu à aristocracia rural e urbana, e não ao povo”. (FERNANDES, 1975). A análise de Florestan Fernandes reforça a compreensão de que o sistema educacional da Primeira República operava como instrumento de manutenção do poder das elites. Sua afirmação de que a estrutura educacional serviu à aristocracia rural e urbana evidencia um modelo excludente, pensado para atender aos interesses dos grupos dominantes. Nesse sentido, a reflexão dialoga diretamente com os autores mencionados anteriormente, ao apontar que a escola não funcionava como mecanismo de democratização, mas como espaço de reprodução das desigualdades sociais. Trata-se, portanto, de uma crítica que revela o caráter elitista e restritivo das políticas educacionais do período.

Florestan Fernandes defendia que a educação era um meio de transformação da sociedade brasileira, no entanto, deveria evitar as desigualdades sociais e se tornar de fato um instrumento de emancipação do conhecimento. A análise do autor sobre a estrutura educacional da República revela o profundo caráter conservador que marcou o ensino brasileiro durante esse período. Ele aponta que o sistema de ensino permaneceu fragmentado, com baixa cobertura escolar, escassa profissionalização docente e forte dependência de iniciativas privadas.

A análise desenvolvida ao longo deste tópico constata que o período Republicano sofreu um processo complexo de reorganização das instituições, no qual a educação assumiu uma pauta de destaque. É hialino que a história da educação no período republicano é marcada por tensões entre discurso e prática, entre projeto e realidade. Esse contexto reflete as bases necessárias para compreender como o Piauí buscou organizar seu sistema educacional e de que maneira instituições específicas como a Escola Demóstenes Avelino emergiram como espaços de representação e destaque dentro desse processo histórico.

2.2 A educação piauiense no período republicano.

Com a proclamação da República, cresceu a ideia de que a educação deveria formar cidadãos, impulsionados pelo lema “Ordem e Progresso”, todavia, o ensino no Piauí continuou restrito a elites urbanas. A partir de 1910, com o regulamento do ensino público, o estado começou a organizar legalmente o sistema educacional, passando a implantar o ensino gratuito, obrigatório e a criação de escolas normais para formação de professores. Entretanto, essas medidas não foram suficientes para suprimir os índices de analfabetismo.

A Primeira República no Piauí caracterizou-se por desafios estruturais, como uma economia pouco diversificada, a baixa receita estadual e a dificuldade de expansão dos serviços públicos. Nas primeiras décadas, a instrução pública piauiense foi marcada por tentativas de reorganização administrativa. Os governos estaduais instituíram diretorias de instrução, regulamentaram a profissão docente e elaboraram legislação voltada para padronizar currículos, métodos e inspeções escolares. Entretanto, a implementação dessas medidas enfrentava entraves: carência de professores qualificados, baixa remuneração, escassez de prédios adequados e reduzido investimento orçamentário.

No entendimento de Cláudio Alves de Melo

As políticas educacionais implementadas no Piauí durante a Primeira República revelam um processo lento e desigual de organização da instrução pública. Embora os discursos oficiais enfatizassem a necessidade de modernizar o ensino e expandir o acesso à escolarização, as ações do Estado permaneciam marcadas por limitações financeiras, baixa infraestrutura e forte dependência da iniciativa privada. Nesse contexto, as reformas educacionais buscavam ajustar o sistema de ensino aos ideais republicanos de ordem, progresso e civilidade, mas pouco avançavam na democratização efetiva da escola. O que se observa é que a política educacional piauiense desse período operou dentro de um modelo seletivo, voltado prioritariamente à formação das elites urbanas, deixando grande parte da população afastada dos benefícios da instrução pública.” (Melo, 2010, p. 84).

Podemos observar que com precisão as contradições que marcaram a construção das políticas educacionais no Piauí republicano. Ao destacar o caráter lento, desigual e limitado das iniciativas governamentais, o discurso de modernização e progresso, amplamente difundido pelas elites políticas do período, não se converteu em ações capazes de transformar de forma consistente a realidade escolar do estado.

Dessa forma, as políticas educacionais piauienses estavam submetidas a uma lógica seletiva, que priorizava a formação das camadas urbanas e mais abastadas, deixando a população rural e as classes populares à margem dos benefícios da escolarização. Essa

seletividade estrutural não se limitava ao acesso desigual às escolas, mas também se expressava na distribuição de recursos, na qualificação dos docentes, na oferta de materiais didáticos e na própria concepção de currículo adotada pelo Estado. Enquanto as regiões urbanas concentravam iniciativas modernizadoras e investimentos que buscavam atender aos grupos socialmente influentes, o meio rural permanecia relegado a um segundo plano, com escolas improvisadas, número reduzido de professores e um projeto pedagógico desarticulado das necessidades locais. Assim, consolidava-se um sistema educacional que reforçava hierarquias sociais já existentes e reproduzia desigualdades históricas, contribuindo para a manutenção de um ciclo de exclusão que atingia especialmente aqueles que mais necessitavam da ação pública.

As políticas públicas implementadas no Piauí durante a Primeira República revelam um processo marcado por modernização lenta, desigualdades estruturais e forte centralização administrativa. Apesar da adoção do discurso republicano de progresso, ordem e civilidade, o estado enfrentava sérias limitações financeiras e técnicas que dificultavam a organização de um sistema de instrução pública mais amplo e eficiente. As reformas tentavam acompanhar o movimento nacional de criação de grupos escolares, escolas normais e regulamentação da profissão docente. Contudo, o Piauí aderiu a esse modelo com grande atraso e de maneira fragmentada.

O trecho acima corrobora com a reflexão de Maria do Socorro Sousa dos Santos:

As políticas públicas republicanas no Piauí revelam um processo de modernização marcado por fortes limitações estruturais. Embora os discursos oficiais enfatizassem a necessidade de reorganizar a instrução pública segundo os modelos republicanos de civilidade e progresso, as ações concretas do Estado mostravam-se fragmentadas e desiguais. A implantação de grupos escolares, a criação de escolas normais e a regulamentação do ensino primário ocorreram de forma lenta, concentradas sobretudo na capital, deixando vastas regiões do interior à margem das inovações educacionais. Assim, as políticas educacionais do período, ainda que simbolicamente alinhadas aos ideais republicanos, mantiveram a lógica excludente e seletiva que historicamente marcou a escolarização piauiense. (Santos, 2012, p. 143).

Cumprir destacar que, apesar do discurso republicano de modernização, as políticas públicas no Piauí avançaram de forma limitada e desigual. As iniciativas educacionais do período, embora alinhadas aos ideais de ordem e progresso, permaneceram restritas às áreas urbanas e às elites locais, revelando a distância entre o projeto político e a realidade da instrução pública. Este pensamento reforça que a escolarização piauiense no início da

República foi marcada por contradições profundas, combinando símbolos de modernidade com práticas excludentes que dificultaram a democratização do ensino.

A organização da educação no Piauí durante a Primeira República é descrita como um processo marcado por lentidão, desigualdade regional e fragilidade institucional. As políticas públicas educacionais do período estavam condicionadas às dinâmicas políticas oligárquicas, o que dificultava continuidade administrativa e comprometia a solidez das ações aplicadas. Cumpre destacar que a organização educacional republicana no estado esteve intimamente ligada à formação de uma cultura escolar urbana, onde a criação dos primeiros grupos escolares e a estruturação da Escola Normal representaram avanços importantes, mas limitados, já que essas instituições atendiam majoritariamente às camadas médias e às elites urbanas, evidenciando o caráter seletivo da educação piauiense.

A autora Lindalva Nascimento de Sousa faz uma reflexão sobre a organização educacional do Piauí dissertando que:

“A organização da educação no Piauí, ao longo das primeiras décadas republicanas, caracterizou-se por um processo gradual e profundamente marcado pelas limitações estruturais do estado. Embora os discursos oficiais enfatizassem a necessidade de modernizar a instrução pública e incorporar modelos pedagógicos considerados avançados, a implantação dessas reformas ocorreu de maneira fragmentada e desigual. A criação de grupos escolares, a reestruturação da Escola Normal e a adoção de novos métodos de ensino concentraram-se majoritariamente na capital, deixando vastas regiões do interior à margem das transformações educacionais. Desse modo, a estrutura escolar piauiense do período revela tanto o esforço de construir uma cultura escolar alinhada aos ideais republicanos quanto os desafios materiais e administrativos que impediram a consolidação de um sistema de ensino verdadeiramente abrangente e democrático.”(SOUSA, 2014, p. 121).

De acordo com a esta citação podemos analisar que a organização da educação no Piauí republicano ocorreu em meio a grandes desafios estruturais e profundos desequilíbrios regionais. Embora o Estado buscasse modernizar o ensino e aproximá-lo dos ideais republicanos, as reformas permaneceram concentradas na capital e avançaram de forma limitada no interior. Tal reflexão mostra que a construção de uma cultura escolar moderna conviveu com obstáculos materiais, administrativos e sociais, revelando que a democratização da instrução pública no Piauí foi um processo incompleto e marcado por fortes desigualdades.

Para modificar o panorama da educação no Piauí fez-se necessário a elaboração de reformas dentre as quais podemos elencar um esforço contínuo para modernização do ensino com o objetivo de equiparar o estado com o projeto nacional de equiparação pedagógica. Essas reformas incluíram a implantação de grupos escolares, a reorganização das escolas

primárias e o fortalecimento de instituições secundárias e normais. A criação de prédios específicos para a instrução pública e a tentativa de padronização das práticas pedagógicas representava um avanço em direção a um modelo escolar mais moderno, inspirado nos centros urbanos do Sudeste.

É válido ressaltar que a reestruturação da Escola Normal foi uma das reformas mais significativas. Ela buscava formar professores preparados para os novos métodos de ensino, introduzir práticas pedagógicas mais racionais e estabelecer um corpo docente capaz de sustentar a modernização educacional. A profissionalização docente, ainda que limitada, contribuiu para elevar o nível pedagógico do ensino público. As professoras normalistas desempenharam papel central no processo de modernização educacional, especialmente nas cidades de Teresina e Parnaíba. As reformas também envolveram a elaboração de regulamentos, decretos e programas que tentavam organizar o sistema escolar em bases mais estáveis. O estado buscava normatizar currículos, cargos, inspeções e métodos de ensino, estabelecendo uma administração educacional mais centralizada. Com esse entendimento Nascimento discorre que:

A República trouxe ao Piauí a necessidade de estruturar um sistema educacional mais coeso, o que implicou a criação de novos regulamentos escolares, a padronização das práticas pedagógicas e a tentativa de expandir a rede de ensino primário. Mesmo enfrentando dificuldades, as reformas representaram avanços para a organização da instrução pública (NASCIMENTO, 2012.)

Deve-se enfatizar que a implantação da República impôs ao Piauí a necessidade de organizar de forma sistemática sua estrutura educacional. O foco na criação de regulamentos e na padronização das práticas pedagógicas marca a transição de um ensino fragmentado para um modelo mais centralizado e regulado pelo Estado. Essas reformas pretendiam não apenas expandir a rede escolar, mas introduzir métodos mais modernos e coerentes com os projetos civilizatórios vigentes no cenário nacional.

Diante de toda a transformação o Estado buscou organizar um sistema de ensino inspirado nos ideais republicanos de modernização, criando regulamentos, padronizando práticas e instituindo escolas normais e grupos escolares. Como afirma Cláudio Alves de Melo, “as reformas educacionais republicanas procuraram reorganizar o sistema de instrução pública, criando normas para a formação docente e redefinindo o papel do Estado na administração do ensino” (MELO, 2004, p. 57).

Além das iniciativas públicas, a Primeira República assistiu à expansão de instituições privadas de ensino no Piauí, entre colégios religiosos, laicos e iniciativas de

educadores locais. Essas instituições foram fundamentais para suprir lacunas deixadas pelo Estado, principalmente no ensino secundário, que permanecia restrito e elitizado.

Nesse cenário destaca-se a criação do Colégio Demóstenes Avelino, instituição que se tornaria referência na formação intelectual da juventude piauiense. Fundado em um contexto de efervescência educacional, o colégio atendia à demanda por ensino secundário de qualidade, preparando estudantes para exames, profissões e ingresso em instituições superiores fora do estado. Sua relevância residia não apenas no conteúdo ministrado, mas também no papel social desempenhado ao integrar-se à vida cultural e política local.

O Colégio Demóstenes Avelino é inaugurado pelo professor Felismino Freitas em 1º de dezembro de 1942. O prédio era o antigo solar desse ilustre magistrado que deu nome à instituição. As instalações foram reconstruídas e ampliadas pelo professor Felismino. Seu endereço compreendia a Praça Demóstenes Avelino, esquina com a Rua Coelho Rodrigues, outrora denominado Alto da Moderação. A figura 1 demonstra as instalações da referida escola.

Figura 1 - Colégio Demóstenes Avelino



Fonte: <https://www.google.com/search?q=imagem+do+ginasio+dr+demostenes+avelino+teresina+piaui&rlz=1C11SCS>

A presença de mais uma instituição escolar, como a retratada na imagem, representa um marco significativo para o desenvolvimento educacional e social da comunidade. Em um contexto histórico marcado pela carência de investimentos e pela limitada oferta de ensino público, cada novo colégio simbolizava uma oportunidade concreta de ampliação do acesso à educação, especialmente para grupos antes excluídos ou marginalizados. A instalação de uma

escola significava não apenas a expansão física da rede educacional, mas também a possibilidade de formação de novas gerações, de circulação de saberes e de fortalecimento da cidadania. Além disso, a criação de instituições desse tipo contribuía para dinamizar o entorno urbano, valorizando o bairro, estimulando a sociabilidade local e reforçando a presença do Estado na vida cotidiana da população. Desse modo, a análise da foto evidencia que, apesar das limitações estruturais, cada escola acrescentada ao cenário educacional piauiense desempenhava um papel fundamental na construção de oportunidades e no avanço do ensino público.

Na atualidade, a estrutura arquitetônica do prédio encontra-se bastante danificada, porém, a fachada original mantém-se erguida. Na época houve uma mobilização da sociedade por meio da imprensa, solicitando às autoridades competentes o tombamento da escola, e que fosse feita uma restauração do prédio, infelizmente as mobilizações não surtiram efeitos.

No ano de 1986 é feita sua primeira proposta de tombamento, negada pelo Conselho de Cultura. O Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Piauí, inconformado com tal atitude, retoma a proposta de tombamento em novembro de 1987, respaldado na vontade popular, através de artigos de jornais. Juntamente com a proposta de tombamento, havia um projeto de transformar o prédio em Escola de Arte pelo Governo do Estado, proposta novamente negada. Na figura 2 podemos verificar como o prédio que funcionou a Escola Demóstenes Avelino se encontra.

Figura 2 - Prédio onde funcionou a Escola Demóstenes Avelino



Fonte: https://www.google.com/search?q=imagem+da+servemplak&sca_esv=77100b2799732c71&

A comparação entre as duas imagens revela transformações significativas tanto no espaço físico quanto no uso social do prédio. Na primeira foto, o edifício aparece como o antigo Colégio Demóstenes Avelino, marcado pela simplicidade e pelo desgaste, características comuns às instituições escolares públicas de meados do século XX. A construção, com paredes descascadas e estrutura modesta, evidencia um período em que a educação ainda recebia investimentos limitados, refletindo a precariedade e as desigualdades no acesso escolar.

Já na segunda imagem, observa-se o mesmo prédio revitalizado, agora ocupado por uma empresa privada. O imóvel passou por ampla reforma: ganhou pintura forte e uniforme, nova identidade visual, melhorias estruturais e modernização das fachadas. Essa mudança aponta para dois processos históricos distintos. Primeiro, evidencia o abandono ou redirecionamento de prédios escolares antigos, muitos dos quais perderam sua função original devido à expansão urbana, à mudança de políticas educacionais ou à construção de novas unidades em outras áreas da cidade. Segundo, mostra a apropriação do patrimônio arquitetônico por atividades comerciais, algo comum em centros urbanos, onde antigas escolas, sobrados e repartições públicas acabam sendo reutilizados pelo setor privado.

Assim, as duas fotos, analisadas em conjunto, narram um percurso simbólico: um espaço que antes representava o acesso ao ensino e ao conhecimento tornou-se parte da dinâmica econômica local. Esse contraste ajuda a compreender não apenas a evolução arquitetônica, mas também as transformações sociais, urbanas e educacionais de Teresina ao longo do tempo.

Na escola funcionavam os 3 (três) turnos manhã, tarde e noite e, oferecia o primário, o ginásial e o colegial, além de um curso de admissão, uma escola técnica de comércio, cursos preparatórios para o concurso do Banco do Brasil e outras instituições. As referências aos cursos primário, complementar e ginásial, bem como ao funcionamento em turnos diurno e noturno, encontram respaldo em fontes históricas de época, especialmente nos anúncios da Gazeta do Piauí analisados por Carvalho (2024). Do mesmo modo, a existência de um curso anexo voltado à preparação de candidatos ao concurso do Banco do Brasil é claramente atestada no material publicado em 1942.

Figura 3 - Propaganda do Ginásio Dr. Demóstenes Avelino

de ginásio, no entanto, no qual, quanto melhores incom-
preensões, a obra será mais proveitosa. As alegações ignoras-
da — a alma — descoberta das a erudição dos igmidos, a
sua natureza humana, sobre as virtudes desconhecidas, a
sua natureza humana, sobre as virtudes desconhecidas, a
sua natureza humana, sobre as virtudes desconhecidas, a

Ginásio "Dr. Demóstenes Avelino"

Estado no ponto mais elevado de Teresina. Campos
para recreio e ensino de Educação Física no próprio lo-
cal do estabelecimento.
Salas amplas e arejadas.

Director: Professor Felismino Freitas Weser.
Turmas - Diurnas e Noturnas

CURSOS:

GINASIAL sob regime de inspeção federal. Professores
de reconhecida capacidade docente e regis-
trados no D. N. E. conforme determina a Lei.

ADMISSÃO AO GINASIAL — controle da Diretoria e regi-
do por dois professores de
absoluta idoneidade moral e
docente.

PRIMARIO — direção e controle do conhecido educador
pleno — prof. Miguel Lidiário de Albuquerque.

*Matrículas abertas durante todo o ano para as classes
Primarias e Admissões ao Ginásial.*

Em observância ao disposto pelo art. 57 da Lei Or-
çânica do Estado que veda "a cobrança de qualquer
taxa aos alunos por matrícula, exame ou expedição de
certificados e guias de transferência", o GINÁSIO "Dr.
DEMÓSTENES AVELINO" segue, exclusivamente, a me-
dida, de acordo com a tabela abaixo.

Academ-se transferências na próxima aula de Junho, para
as primeiras, segunda e terceira séries do Ginásial
diurno e para a primeira série do Ginásial
noturno.

CURSO DE ADMISSÃO AO GINASIAL NOTURNO:

Este curso já está funcionando no horário de 18 às
21 horas, e tem suas matrículas abertas durante todo o
ano, tanto para candidatos a exame de admissão de 1.
época (Dezembro), como para os de 2.^a (Fevereiro).

TABELA DE PREÇOS	
1. ^a série . . .	Cr \$60,00
2. ^a série . . .	Cr \$40,00
3. ^a série . . .	Cr \$60,00
4. ^a série . . .	Cr \$60,00

Rua Machado de Assis
— 1333 —
Segunda da Praça
Demóstenes Avelino

Teresina -- Piauí

Fonte: FREITAS, Felismino. Educação como missão e vocação. Teresina: EDUFPI, 1989.

As propagandas que divulgavam o curso ginásial noturno do Colégio Demóstenes Avelino constituem uma fonte relevante para compreender tanto o perfil da instituição quanto seu posicionamento no cenário educacional da época. Ao anunciar de forma explícita a oferta de ensino noturno, a escola revelava sua sensibilidade às demandas sociais emergentes, especialmente de jovens e adultos que trabalhavam durante o dia e buscavam oportunidades de continuidade escolar. Esse tipo de publicidade evidencia um movimento de democratização relativa do acesso ao ensino secundário, ainda que circunscrito ao âmbito privado, e reforça a imagem do colégio como instituição moderna, dinâmica e atenta às transformações urbanas de Teresina.

A escola desempenhou um papel fundamental na formação educacional dos estudantes teresinenses, tendo uma contribuição de grande relevância para a educação da capital do estado. A instituição apresentou um papel importante na preservação da identidade cultural e na transmissão de valores e tradições na sociedade teresinense. Ela influenciou não apenas a vida acadêmica dos alunos, mas também suas perspectivas sociais e profissionais. Ex-alunos desempenharam papéis importantes na sociedade, contribuindo para diversos setores, como política, negócios, ciência e cultura.

A Escola Demóstenes Avelino é um símbolo da memória cultural e patrimonial da cidade de Teresina. Nesse contexto, cumpre destacar a criação da revista Zodíaco no ano de 1944 que veiculou um artigo, intitulado "Um Ginásio Modelar" escrito pelo cidadão Melo Magalhães, elogiando o grande feito do professor Felismino Freitas, ao criar o Ginásio "Dr. Demóstenes Avelino".

Outros periódicos foram divulgados, tratando de temas de repercussão nacional e internacional, englobando pautas variadas, como por exemplo, arte literária, exaltação patriótica ou festas cívicas. Observações e destaques como os mencionados eram recorrentes nas revistas e jornais da época, sempre no mesmo tom de agradecimento e reconhecimento da ação implantada com a criação do Ginásio e, sobretudo, do curso ginásial noturno em meio a tantas dificuldades que se encontrava a educação no Estado. A escola elevou o ensino no Piauí, comparando este estabelecimento a um dos melhores do país.

A preservação de instituições históricas onde funcionou a Escola Demóstenes Avelino é essencial para manter viva a memória das gerações passadas e transmitir esse legado para as gerações futuras. Isso pode incluir a preservação de documentos, registros, artefatos e a própria estrutura física do prédio em estudo.

O papel da história é questionar, criticar e desconstruir a memória, superando suas contradições, distorções, lacunas ou instrumentalizações ideológicas. De acordo com o pensamento de Le Goff: “A história deve ser uma crítica da memória. Não deve confundir-se com ela.” Le Goff, J. História e Memória (2003, p. 426). Essa citação reforça a necessidade de distinguir os limites entre memória e história, especialmente em pesquisas que tratam de instituições educacionais marcadas por narrativas nostálgicas ou idealizadas. Para o autor, a memória é seletiva, afetiva e frequentemente permeada por silêncios, distorções e usos ideológicos; por isso, cabe à história exercer sobre ela um trabalho crítico, confrontando lembranças com documentos, contextualizando versões e identificando contradições.

Dessa forma, o historiador não deve apenas “registrar” memórias, mas analisá-las em seu contexto e com rigor metodológico. A memória não é apenas um simples acúmulo de lembranças e, sim, um instrumento de poder, frequentemente manipulado para legitimar determinadas narrativas e identidades, a necessidade de distinguir memória e história, reconhecendo seus vínculos, mas também suas diferenças estruturais. É válido fazermos a distinção entre memória e história. A primeira expressão é seletiva, afetiva e marcada por interesses individuais e coletivos, funcionando como uma construção social que guarda, omite e reorganiza lembranças conforme a identidade de um grupo. Já a história, enquanto disciplina científica, deve problematizar essas lembranças, submetendo-as à crítica, ao confronto documental e à contextualização.

Corroborando com o pensamento de Le Goff, onde defende que: a memória é um dos grandes instrumentos de poder. Ela legitima uma autoridade, fundamenta uma identidade,

impõe uma visão de mundo.” (LE GOFF, 2003, p. 437). Podemos observar que Le Goff evidencia que a memória não é neutra, ela seleciona acontecimentos, silencia conflitos e organiza narrativas que atendem aos interesses de determinados grupos sociais. No âmbito da história da educação, essa observação é especialmente pertinente, pois instituições escolares tendem a construir imagens idealizadas de si mesmas, reforçando identidades institucionais e legitimando práticas e tradições.

Seguindo a mesma linha de reflexão, memória e história não se opõem, mas se tencionam: a primeira preserva identidades e afetos, enquanto que a segunda realiza um trabalho crítico e racional sobre o passado. Em tempos de revisionismo histórico e disputas por narrativas, o pensamento de Le Goff se mostra cada vez mais atual, ao afirmar que o historiador tem o dever ético de não apenas contar o passado, mas de interpretá-lo com responsabilidade e consciência crítica.

A relação entre história e memória é fundamental para compreender a trajetória da escola Ginásio Dr. Demóstenes Avelino e a importância desta instituição para o desenvolvimento educacional do Piauí. Enquanto a história busca reconstruir processos a partir de documentos, registros e análises críticas, a memória preserva percepções, afetos, narrativas individuais e coletivas que conferem sentido às experiências vividas.

Dessa maneira, quando trabalhamos temáticas abordando história e memória devemos ter cautela no que tange assuntos relacionados com política, os perigos de memórias descontextualizadas, o papel da imprensa e educação na construção de identidades nacionais.

Alicerçado nesse pensamento Maria Helena Capelato discorre que: “as revisões sobre o passado são fabricadas a partir de interesses alheios ao campo do conhecimento histórico.” Tal argumentação corrobora com a ideia que devemos ter cautela para o trabalho, a divulgação e a utilização da memória. As interpretações do passado muitas vezes são moldadas por interesses políticos, ideológicos ou institucionais que extrapolam o campo estritamente científico da história. Portanto, tem-se a necessidade do historiador manter um posicionamento crítico diante das fontes analisadas.

É importante frisar que, para entendermos a importância do legado da escola Demostenes Avelino, com sua função educadora de formar cidadãos e disseminadora do conhecimento, é primordial fazermos uma análise sobre o conceito de memória coletiva.

Portanto, entendemos por memória coletiva, o conjunto de lembranças, conhecimentos, narrativas e valores compartilhados por um grupo social, comunidade ou sociedade. É a forma como um grupo se lembra de seu passado, constrói sua identidade e transmite sua cultura de geração em geração. Ela é um elemento essencial na construção da identidade de grupos sociais e na forma como a sociedade interpreta o passado. Halbwachs entende que:

A memória não faz corte ou ruptura entre passado e presente porque retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo”. HALBWACHS (2006, p. 82).

Neste contexto, a memória coletiva é essencial para a coesão social e para a formação de identidades culturais, mas não pode ser confundida com história. Ela é subjetiva, simbólica e sujeita a distorções, ao passo que a história tem o compromisso com a crítica, a análise contextual e a pluralidade das fontes. Portanto, é salutar compreender a diferença entre lembrar e historicizar.

O conceito de cultura escolar é bem conveniente para analisar o contexto da Demóstenes Avelino. Ele constitui uma categoria analítica fundamental para a compreensão da história da educação, pois permite ultrapassar a visão restrita da escola como mera transmissora de conteúdos curriculares. Ao contrário, a cultura escolar remete a um conjunto de normas, práticas, saberes, rituais, valores e representações que se constroem historicamente no interior das instituições educativas e que orientam tanto a organização do ensino quanto as experiências vividas por professores e alunos.

Nesse sentido, a escola deve ser compreendida como um espaço social dotado de relativa autonomia, produtor de significados próprios e de formas específicas de sociabilidade. Conforme destaca Dominique Julia, a cultura escolar envolve “os conteúdos ensinados, os exercícios praticados, as regras disciplinares, os comportamentos esperados e os dispositivos pedagógicos” que, ao longo do tempo, moldam o cotidiano escolar e contribuem para a formação de identidades. Assim, a análise da cultura escolar permite perceber como a escola internaliza projetos políticos, ideológicos e pedagógicos mais amplos, ao mesmo tempo em que os reelabora em seu funcionamento concreto.

“A cultura escolar não pode ser reduzida aos conteúdos ensinados ou às normas oficiais. Ela é constituída por um conjunto de práticas, de rituais, de regras, de saberes e de comportamentos que se constroem no interior da escola e que dão sentido ao seu funcionamento cotidiano.”(Dominique Julia, 2001, p. 10).

Podemos analisar que essa definição evidencia que a cultura escolar ultrapassa o plano formal dos currículos e regulamentos, abrangendo práticas e experiências vividas no cotidiano da instituição. Ao enfatizar os rituais, os comportamentos e os saberes construídos no interior da escola, Dominique Julia contribui para uma abordagem histórica que reconhece a escola como espaço de produção cultural e de socialização, fundamental para a construção da memória educacional e das identidades escolares.

Sob a perspectiva da história e da memória, a cultura escolar adquire relevância ainda maior, pois se constitui também como um espaço privilegiado de produção de lembranças individuais e coletivas. As experiências escolares como cerimônias cívicas, rituais de formatura, uso de uniformes, práticas avaliativas, publicações estudantis e relações de autoridade permanecem na memória dos sujeitos e contribuem para a construção de narrativas sobre o passado educacional. Tais memórias não são neutras ou espontâneas, mas resultam de processos de seleção, silenciamento e valorização de determinados acontecimentos, conforme assinalam os estudos sobre memória coletiva.

Dessa forma, a cultura escolar da Escola Demóstenes Avelino revela-se como parte constitutiva de um projeto educacional alinhado às concepções de ordem, civismo e formação moral vigentes no período, especialmente durante as décadas centrais do século XX. Ao analisar essas práticas à luz da história e da memória, torna-se possível compreender como a escola atuou simultaneamente como espaço de formação intelectual e como agente de difusão de valores sociais e políticos, consolidando-se como referência no cenário educacional piauiense.

Nessa direção, dialogando com as contribuições de Maurice Halbwachs, compreende-se que a memória escolar é socialmente construída e ancorada em grupos específicos. A escola, enquanto instituição, atua como mediadora dessas memórias, legitimando práticas e discursos que reforçam valores como disciplina, civismo, mérito e ordem social. Ao mesmo tempo, a cultura escolar preserva marcas do contexto histórico em que se insere, refletindo tensões entre tradição e inovação, autoridade e autonomia, conformismo e resistência.

Portanto, estudar a cultura escolar no âmbito da história da educação significa investigar não apenas leis, reformas ou currículos oficiais, mas também o cotidiano escolar, os

usos do espaço e do tempo, os símbolos e as práticas que conferem identidade à instituição. Essa abordagem contribui para compreender a escola como um lugar de produção cultural e de memória, fundamental para a formação intelectual, moral e cívica dos indivíduos, bem como para a consolidação de projetos educacionais e sociais em diferentes períodos históricos.

Escola Demóstenes Avelino desempenhou um papel central na consolidação do ensino secundário no Piauí, tornando-se uma das instituições mais prestigiadas e influentes da capital. Em um período em que o Estado ainda apresentava limitações na oferta de escolas públicas de nível secundário, o Ginásio destacou-se como alternativa qualificada, contribuindo para suprir uma demanda crescente por formação intelectual mais sólida.

Sua importância residiu na capacidade de articular um projeto pedagógico moderno, inspirado nos princípios educacionais que ganhavam força no país, integrando disciplina, rigor acadêmico e valorização das humanidades. É importante reforçar o funcionamento dos 3 turnos na escola, onde o turno da noite, contemplava aqueles estudantes que trabalhavam e não podiam frequentar outros horários. Então, a escola atingiu esse pioneirismo e, em contrapartida, fazia a inclusão social. Este período também foi caracterizado pela criação de outras escolas particulares que contribuíram para o desenvolvimento cultural e intelectual da cidade de Teresina.

As escolas normais emergiram como centros responsáveis pela formação de professores, fundamentais para garantir o funcionamento de um sistema público de instrução primária mais qualificada. Inspiradas em modelos europeus e paulistas, elas buscavam profissionalizar o magistério, oferecendo cursos estruturados, programas pedagógicos mais sistemáticos e práticas de ensino supervisionadas. No Piauí, sua criação representou um marco no processo de modernização da educação, uma vez que forneciam o corpo docente necessário para a expansão das escolas públicas e para a implantação de métodos mais modernos de ensino.

Com esse entendimento a autora Lisandra do Nascimento de Sousa expõe que:

As Escolas Normais piauienses foram responsáveis por difundir um ideário pedagógico que articulava civismo, racionalidade administrativa e técnicas modernas de ensino. A Escola Normal de Teresina e a Escola Normal de Parnaíba tornaram-se centros irradiadores de práticas educativas que influenciaram profundamente a constituição do sistema de instrução pública.” (SOUSA, 2010, p. 54).

O fragmento evidencia o papel fundamental das Escolas Normais na estruturação do sistema educacional piauiense, destacando que essas instituições foram responsáveis por profissionalizar o magistério e introduzir práticas pedagógicas modernas no estado. Ao mencionar exemplos como a Escola Normal de Teresina e a de Parnaíba, o trecho reforça que tais estabelecimentos funcionaram como centros formadores capazes de atender às demandas de expansão da instrução pública durante o período republicano.

Por sua vez, os grupos escolares simbolizavam a materialização de um projeto republicano de escolarização mais amplo. Substituindo as antigas escolas isoladas, os grupos reuniam em um mesmo prédio várias turmas distribuídas por séries, oferecendo currículo graduado, métodos intuitivos e recursos didáticos mais organizados. Eles se tornaram referência de modernidade pedagógica, servindo como modelo de padronização administrativa e de disciplina escolar. No Piauí, sua implantação representou a introdução de uma estrutura escolar mais estável, capaz de ampliar o acesso ao ensino primário e consolidar a presença do Estado na educação. Exemplo disso, evidenciamos com o que Nascimento aborda:

A criação dos grupos escolares representou uma ruptura com a escola isolada, até então predominante no Piauí. Com edifícios planejados, corpo docente organizado e métodos pedagógicos inspirados no modelo paulista, os grupos escolares de Teresina e Parnaíba tornaram-se símbolos da modernização republicana e da tentativa de racionalização da instrução pública no estado. (NASCIMENTO, 2007, p. 92).

Já os colégios privados desempenharam papel complementar, especialmente no ensino secundário, segmento no qual o Estado ainda apresentava forte limitação de oferta. Mantidos por educadores, grupos religiosos ou intelectuais locais, esses colégios contribuíram para a formação da elite urbana, disponibilizando ensino mais avançado e preparando estudantes para o ingresso no ensino superior. Além disso, muitos deles introduziram práticas pedagógicas inovadoras e criaram ambientes culturais dinâmicos, influenciando diretamente o desenvolvimento intelectual do estado.

A escola particular constituiu-se, no período republicano, em importante alternativa ao ensino público deficiente. Diversos colégios religiosos e instituições privadas surgiram ainda nas primeiras décadas do regime, suprimindo lacunas deixadas pelo Estado e oferecendo ensino secundário e profissional a camadas médias urbanas (NAGLE, 2001, p. 102).

Cumprir destacar que a coexistência dessas três instituições escolas normais, grupos escolares e colégios privados foram essenciais para a estruturação do sistema educacional

republicano. Cada uma delas respondeu a necessidades específicas do período, contribuindo, em conjunto, para formar professores, expandir a escolarização e consolidar a educação como instrumento de formação cidadã e progresso social no Piauí.

A educação piauiense no período republicano estruturou-se entre desafios persistentes e iniciativas de modernização que redefiniram o papel da instrução pública no estado. Então, compreender a educação piauiense nesse período é reconhecer o entrelaçamento entre política, sociedade e cultura escolar, elementos que moldaram a formação intelectual de diversas gerações e contribuíram para a construção de uma identidade educacional própria no estado.

3.0. A Escola Demóstenes Avelino como referência e modelo na educação piauiense.

A Escola Demóstenes Avelino consolidou-se como uma referência na educação piauiense ao oferecer ensino regular em um período marcado pela carência de instituições escolares. Seu papel ultrapassava a simples instrução, funcionando como espaço de formação intelectual e social para diversas gerações. Além disso, sua presença no cenário urbano simbolizava o compromisso do Estado com a expansão educacional. Por isso, tornou-se um modelo de escola pública reconhecida pela comunidade e pela história educacional do Piauí.

3.1 A escola Demóstenes Avelino sob o impacto das reformas educacionais de Getúlio Vargas.

A criação da Escola Demóstenes Avelino, em 1942, constituiu um marco importante na história da educação piauiense, no que se refere ao conhecimento técnico, ao desenvolvimento da cultura, da intelectualidade e da inclusão social. Em um contexto de profundas transformações sociopolíticas conduzidas na Era Vargas, o surgimento dessa instituição expressa convergência entre o projeto nacional de modernização educacional e as demandas locais por escolarização, formação da juventude urbana e qualificação intelectual. Sua trajetória revela, portanto, o entrelaçamento entre iniciativas privadas de orientação humanista e o esforço estatal de consolidação de um sistema educacional alinhado aos ideais de ordem, civismo e progresso.

As iniciativas privadas que foram desenvolvidas no início da década de 40 ficam evidenciadas com o pensamento de Santos:

A criação do Ginásio Demóstenes Avelino, em 1942, inseriu-se no esforço de expansão da instrução secundária no Piauí, marcando um novo momento em que a

iniciativa privada passou a desempenhar papel decisivo na formação das elites intelectuais locais. (SANTOS, 2011.)

Podemos observar que a inauguração do Ginásio Demóstenes Avelino não foi um evento isolado, mas parte de um movimento mais amplo e de reorganização do ensino secundário no Piauí. A escola contribuiu diretamente para a formação das elites intelectuais locais, indicando sua relevância na construção de um novo cenário educacional no estado nas primeiras décadas do século XX.

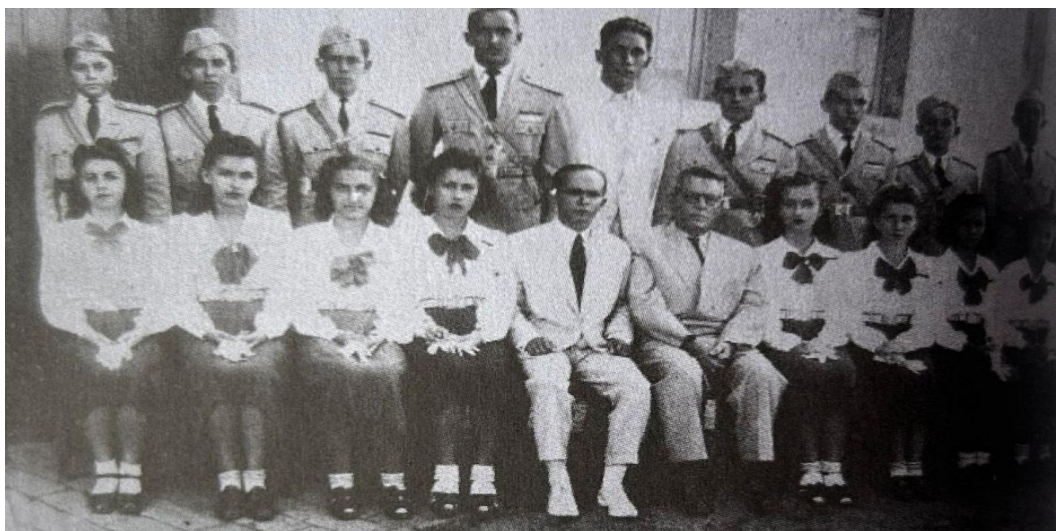
Ao longo das décadas, a escola se tornou um espaço de difusão de valores republicanos, de disciplinamento moral e de cultivo dos saberes clássicos, configurando-se como referência regional no ensino primário e secundário. Seu impacto, porém, não se limita ao campo pedagógico uma vez que o Ginásio Demóstenes Avelino desempenhou papel significativo na formação de quadros intelectuais, profissionais liberais e agentes culturais. Nascimento destaca que:

O Ginásio Demóstenes Avelino tornou-se, desde sua criação, um centro de intensa vida escolar em Teresina. A instituição promovia aulas públicas, sessões literárias, concursos estudantis e atividades cívicas que estimulavam o envolvimento dos alunos com a cultura escrita e com os valores republicanos. (NASCIMENTO, 2004).

É válido ressaltar que a Escola Demóstenes Avelino não se limitava ao ensino formal, mas ampliava sua atuação por meio de práticas culturais, cívicas e literárias que fortaleciam o protagonismo estudantil. Essas atividades contribuíam para formar alunos mais participativos, inseridos na vida intelectual da cidade e alinhados aos valores educacionais e sociais que marcaram o período em estudo.

Nesse contexto, compreender o Ginásio Demostenes Avelino como modelo educacional, exige situá-la no cenário das reformas implementadas no país durante o governo Vargas. Sobretudo no período de centralização do Estado e a reestruturação das políticas de instrução pública. A seguir, discutiremos como essas transformações moldaram o perfil, a organização e o alcance social da instituição.

Figura 4 - Batalhão Escolar Professor Felismino Weser



Fonte: FREITAS, Felismino. **Educação como missão e vocação**. Teresina: EDUFPI, 1989.

A fotografia do Batalhão Felismino Weser, organizada pela Escola Demóstenes Avelino, constitui uma evidência visual significativa da inserção da instituição nas práticas cívicas que marcaram a educação brasileira nas décadas de 1940 a 1960. A presença dos estudantes uniformizados, dispostos em formação militarizada e conduzidos sob a identidade do batalhão escolar, revela não apenas a adesão da escola às comemorações públicas, como desfiles de 7 de setembro ou eventos oficiais promovidos pela administração estadual, mas também sua sintonia com o ideário nacionalista difundido no período. Esse tipo de registro iconográfico demonstra que o colégio assumia papel ativo na construção de valores patrióticos, disciplinares e morais, reforçando sua imagem de instituição alinhada às diretrizes educacionais de inspiração cívico-militar vigentes especialmente durante a Era Vargas e seus desdobramentos posteriores.

A educação no Brasil foi marcada por muitos acontecimentos, o estado do Piauí também seguiu essa lógica. Historicamente a região nordeste nunca recebeu o investimento adequado das autoridades governamentais e a educação seguia o mesmo rito. Demerval Saviani discorre que:

As reformas educacionais empreendidas durante o governo Vargas, especialmente as conduzidas por Francisco Campos e Gustavo Capanema, representaram um marco na centralização e na normatização do ensino brasileiro. Com o Estado Novo, ‘a educação passou a ser concebida como instrumento de unidade nacional’, e as Leis Orgânicas do Ensino buscaram estruturar de modo rígido e hierárquico todo o sistema escolar, definindo currículos, métodos e finalidades de acordo com os princípios de ordem, disciplina e formação moral defendidos pelo regime (SAVIANI, Dermeval, 2007, p. 201.)

Verificamos que as reformas educacionais do governo Vargas representaram uma profunda centralização do sistema de ensino, alinhando a escola ao projeto político e ideológico do Estado Novo. Ao enfatizar disciplina, moral e civismo, as reformas buscaram moldar a juventude segundo os valores do regime, transformando a educação em instrumento de integração nacional e de legitimação do poder estatal.

O período varguista (1930–1945) representou um marco decisivo na reorganização da educação brasileira, sobretudo pela centralização administrativa e pela adoção de políticas que buscavam integrar a escola ao projeto nacional de modernização do Estado. A criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, simbolizou o início de uma atuação mais direta do governo federal na formulação e regulação das políticas educacionais, conferindo ao Estado a responsabilidade de padronizar currículos, fiscalizar instituições e promover reformas estruturantes.

Nesse contexto, destacam-se as reformas Francisco Campos (1931–1932), consideradas a primeira grande tentativa de sistematizar o ensino brasileiro. Essas reformas reorganizaram o ensino secundário, instituindo ciclos formativos, currículo unificado e exames de admissão. A preocupação central era promover um ensino disciplinado, seletivo e alinhado às exigências do novo Estado que se consolidava após a Revolução de 1930.

Merece destaque também o decreto Lei nº 1. 438, de 31 de 1933 que instituiu a mais importante reforma educacional do período do governo Vargas. Enfatizando o que estabeleceu esse decreto, Mendes (2012, p.178-179) menciona que: “para o magistério público ficou estabelecido uma carreira classificada em “entrâncias”, com direitos e deveres aos professores; definiu uma estrutura organizacional do ensino em esferas de competências: estadual, municipal e particular, atribuindo responsabilidade a cada uma delas; todos os estabelecimentos particulares de ensino só poderiam funcionar com prévio registro no departamento de educação, observando todos os preceitos estabelecidos no Decreto e nos regimentos já publicados que norteavam a educação no estado”.

Podemos refletir sobre o momento de reorganização estrutural da profissão docente, quando o magistério público passou a ser concebido dentro de um modelo hierárquico, semelhante ao adotado no Judiciário e em outras carreiras de Estado. Ao caracterizar o magistério como uma carreira de entrâncias, observamos a criação de níveis ou graus de progressão funcional que não apenas estabeleciam distinções internas entre os professores, mas também buscavam conferir maior racionalidade administrativa ao sistema educacional.

Essa institucionalização hierarquizada revela tanto o esforço de profissionalização e valorização do corpo docente quanto os limites de um modelo que reforçava desigualdades salariais e de prestígio entre diferentes etapas e áreas do ensino.

Com o Estado Novo, a educação assumiu um caráter ainda mais estratégico, passando a ser utilizada como instrumento de construção da unidade nacional. As políticas educacionais ganharam forte ênfase na formação moral e cívica da juventude, reforçando valores como disciplina, patriotismo e obediência à ordem. Esse processo alcançou seu ápice com as Reformas Capanema (1942–1946), as mais amplas e duradouras iniciativas educacionais do período. As Leis Orgânicas do Ensino estruturaram, de maneira minuciosa, o ensino secundário, industrial, comercial e agrícola, além de promoverem a educação profissional e técnica como parte essencial do projeto de industrialização do regime. A criação do SENAI, em 1942, reforçou esse movimento ao preparar trabalhadores qualificados para o setor industrial em expansão.

No entendimento de Maria Helena de Sousa Patto “as medidas educacionais implementadas no Estado Novo evidenciam um projeto voltado para a consolidação de um modelo de sociedade disciplinada e integrada. A escola passou a exercer a função de uniformizar comportamentos e fortalecer valores caros ao regime, como o civismo, a obediência e a ordem. As reformas conduzidas por Gustavo Capanema, sob orientação de Vargas, estruturaram um sistema educacional que respondia diretamente às necessidades políticas e econômicas do governo, inserindo a educação como componente essencial da construção do Estado autoritário”.

Dessa forma, podemos inferir que as medidas educacionais adotadas no Estado Novo tinham como finalidade consolidar um sistema escolar profundamente alinhado ao projeto político de Vargas. Ao centralizar o controle da educação e reforçar valores como civismo, disciplina e obediência, o regime utilizou a escola como instrumento de formação ideológica e integração nacional. Assim, as reformas não apenas reorganizaram a estrutura do ensino, mas também buscaram moldar a juventude segundo os princípios autoritários e nacionalistas que sustentavam o governo varguista.

As reformas varguistas deixaram como legado um sistema educacional mais centralizado, normatizado e articulado às demandas econômicas do país. Embora tenham contribuído para modernizar a estrutura escolar e ampliar a oferta de ensino, mantiveram características seletivas e autoritárias, reforçando padrões de exclusão que marcaram a

sociedade brasileira. Ainda assim, tais políticas influenciaram profundamente instituições públicas e privadas, entre elas o Ginásio Demóstenes Avelino, que adotou práticas curriculares, administrativas e cívicas coerentes com o modelo educacional estabelecido pelo governo Vargas.

Demerval Saviani discute a expansão pública e privada durante a era Vargas, versando que:

O período Vargas assistiu a uma profunda reestruturação do sistema educacional brasileiro, marcada não apenas pela centralização administrativa, mas também pela criação e regulamentação de instituições públicas e privadas. Sob a inspiração das Leis Orgânicas do Ensino, consolidou-se um conjunto de estabelecimentos escolares destinados a atender às exigências do projeto nacional-desenvolvimentista, abrangendo desde escolas técnicas e profissionais até ginásios e colégios particulares que se ajustavam às novas diretrizes do Estado. (SAVIANI, 2007, p. 205).

A citação evidencia que a Era Vargas marcou um período de forte dinamização do cenário educacional brasileiro, impulsionando tanto a criação quanto a regulamentação de instituições públicas e privadas. Esse movimento reflete o esforço do governo em organizar o sistema de ensino de acordo com as demandas do projeto nacional-desenvolvimentista, estimulando a expansão de escolas técnicas e profissionalizantes, ao mesmo tempo em que consolidava colégios particulares alinhados às diretrizes centralizadoras do Estado Novo. Assim, o período caracteriza-se por um crescimento institucional que buscou integrar educação, modernização e ideologia política.

A educação piauiense na Era Vargas, permaneceu marcada por limitações estruturais profundas, com baixa capacidade do Estado em acompanhar as reformas educacionais propostas pelo governo federal. Observa-se que, embora o período Varguista tenha estimulado discursos de modernização e centralização da política educacional, o Piauí enfrentou insuficiência de recursos, fragilidade administrativa e dificuldades para ampliar a escolarização básica, revelando a distância entre o projeto nacional e a realidade regional.

O contexto da política brasileira nesse período foi caracterizado pelo autoritarismo, centralização, nacionalismo, intervencionismo e modernização. Dessa forma, o estado fazia a centralização do ensino e a institucionalização de ideias nacionalistas, uma valorização da história, geografia e costumes. A política educacional do Estado Novo correspondeu a um modelo centralizador e autoritário, no qual o Ministério da Educação buscou organizar de forma rígida o sistema escolar, definindo currículos e orientações ajustadas ao projeto nacional estatista de Vargas.

O presidente Getúlio Vargas almejou uma transformação nos índices educacionais, para isso propôs inúmeras mudanças no sentido de reverter esse quadro histórico de retrospectos negativos. Este pensamento fez com que a educação brasileira estivesse voltada para uma nova educação e que aos poucos iria adentrando nas casas das famílias.

O estado do Piauí seguiu essa transformação influenciada pela criação do ministério da educação através dos decretos e normas para o ensino secundário e com incentivo de Landri Sales, que visava uma nova organização do estado. Dessa forma, a educação piauiense iniciou seus avanços, principalmente com a implantação de novas instituições para preparar mão de obra barata no sentido de suprir as necessidades no mercado de trabalho.

Compete à União orientar, coordenar e impulsionar a obra educacional de todos os Estados, para que o sistema nacional de educação alcance unidade e eficiência.” (CAPANEMA, 1942, p. 17). A afirmação de Capanema destaca o papel centralizador que a União buscou assumir na organização da educação brasileira durante a década de 1940. Ao defender que cabe ao governo federal orientar e coordenar a ação dos Estados, o autor expressa a intenção de construir um sistema educacional mais homogêneo, eficiente e integrado. Essa diretriz dialoga com o contexto do Estado Novo, que priorizava a centralização administrativa e o controle sobre as políticas públicas. Assim, a citação revela tanto a busca por modernização quanto o reforço do poder federal sobre as iniciativas educacionais locais.

Tal citação é excelente para demonstrar que a política educacional federal tinha como meta impulsionar o desenvolvimento da educação nos estados mais atrasados, o que incluía o Piauí. Portanto, a criação do Ministério da Educação, contribuiu para impulsionar a educação nos estados permitindo que o Piauí passasse a integrar um processo nacional de reorganização escolar, modernização administrativa e expansão da instrução pública.

Saviani assevera que “o governo Vargas desencadeou um processo de centralização administrativa que atingiu diretamente a educação, concebida como instrumento de unificação nacional e de fortalecimento do Estado.”

Podemos inferir que o projeto educacional durante o governo Vargas esteve profundamente vinculado à lógica de centralização política. A educação foi concebida como um instrumento de unificação nacional e de fortalecimento do Estado, o autor destaca que as políticas educacionais não se limitaram à reorganização administrativa, mas integraram um projeto mais amplo de construção de identidade nacional e de controle ideológico. Essa

centralização reforçou a presença do Estado na normatização curricular, na fiscalização das escolas e na definição dos rumos da instrução pública.

Como citado anteriormente, a Revolução de 1930 inaugura uma mudança radical no entendimento do Estado sobre a pauta da educação. O Ministério da Educação, sob a gestão de Francisco Campos, inicia-se um processo de centralização administrativa que buscava organizar e padronizar o sistema de ensino brasileiro. Essa reorganização pretendia uniformizar currículos, controlar a formação docente e garantir que a escola se tornasse um espaço de construção da identidade nacional.

O período varguista representou uma ruptura com a estrutura fragmentada da escola republicana anterior, instaurando um modelo em que o Estado assume, com maior rigor, o comando institucional da formação do cidadão. Essa concepção ecoou profundamente no ensino piauiense.

No Piauí, essa política se caracterizou por fazer reformas no sistema de inspeção escolar, estabeleceu uma reorganização das funções administrativas das escolas, proporcionou a criação de programas de ensino padronizados, fortaleceu o papel do professor como agente moral e disciplinador. Essas diretrizes foram preponderantes para moldar o ambiente educacional em que a Escola Demóstenes Avelino seria concebida anos depois.

A escola primária se torna o núcleo do projeto nacionalista. O Estado passa a compreender a educação básica como o principal espaço de formação moral, cívica e trabalhista da população. As instituições deveriam cultivar a obediência, o civismo, o culto à pátria e o respeito às instituições, valores que Felismino Freitas defendia como prioridade.

Dessa forma, a política educacional varguista investiu na ideia de que a escola pública deveria constituir cidadãos disciplinados, promover o sentimento de pertencimento nacional, incentivar o trabalho, a produtividade e o reforço da autoridade docente e administrativa. Tais valores se alinham de modo claro às práticas adotadas posteriormente no Ginásio Demóstenes Avelino, especialmente durante sua fase de consolidação e expansão.

A fundação do Ginásio Demóstenes Avelino, insere-se diretamente no contexto das transformações educacionais promovidas pelo governo Getúlio Vargas. Período este que foi marcado pela consolidação do papel do Estado como agente centralizador e regulador da educação, compreendendo a escola como instrumento estratégico para o projeto de unificação nacional. Esse processo repercutiu nas instituições de ensino surgidas durante a década de

1940, que passaram a organizar suas práticas pedagógicas de acordo com as diretrizes federais.

A criação das Leis Orgânicas do Ensino Secundário e do Ensino Industrial moldaram o cenário educacional no qual o Ginásio Demóstenes Avelino foi instituído. Tais reformas definiram currículos, métodos e práticas baseadas na disciplina, na racionalidade administrativa e na formação do novo cidadão, alinhado às exigências do processo de modernização do Estado. Nesse sentido, a organização pedagógica do ginásio refletiu as exigências de padronização curricular, inspeção sistemática e valorização do civismo presentes no Estado Novo.

De acordo com pensamento de Saviani:

A Reforma Capanema de 1942 introduziu um modelo nacional de organização do ensino secundário que atingiu diretamente os ginásios estaduais. A partir dela, toda escola secundária passou a integrar um sistema centralizado, com currículos unificados, exames padronizados e rígida orientação moral e cívica. Esses estabelecimentos deixaram de ser iniciativas isoladas dos estados para se tornarem instrumentos do projeto político do Estado Novo, cujo objetivo era moldar a juventude segundo os princípios de disciplina, patriotismo e ordem social.” (SAVIANI, 2007, P.117)

Dessa forma, a atuação de Gustavo Capanema como Ministro da Educação marca a consolidação das Leis Orgânicas da Educação, que regulamentaram de forma inédita todos os níveis de ensino.

Ademais, os valores nacionalistas enfatizados por Vargas influenciaram diretamente o cotidiano escolar, especialmente na organização das atividades cívicas, na valorização da cultura nacional e na formação moral e patriótica dos estudantes. Tais características foram incorporadas às práticas escolares do Ginásio Demóstenes Avelino, que, como as demais instituições da época, buscava atender às expectativas do governo quanto à formação de uma juventude disciplinada e consciente de sua função social.

A formação moral e cívica sempre foi um dos pilares da Escola Demóstenes Avelino. As atividades realizadas na escola incluíam: celebrações cívicas, desfiles escolares, hinos e rituais patrióticos, orientação disciplinar rigorosa. Essas práticas dialogam intensamente com a lógica educacional varguista, que atribuía à escola o papel de difusora da cultura.

O Ginásio Demóstenes Avelino se desenvolveu justamente no período em que as Leis Orgânicas ainda repercutiam fortemente. A política educacional do período Vargas enfatizava o papel do professor como figura de autoridade moral, responsável por orientar a

conduta e o caráter dos alunos. Felismino Freitas, fundador da Escola Demóstenes Avelino, adotou amplamente esse princípio em sua prática docente e administrativa. Ele defendia o respeito à autoridade, a disciplina, o civismo e a responsabilidade como fundamentos do processo educativo valores que moldaram profundamente a identidade institucional do Ginásio Demóstenes Avelino.

Entre as práticas observadas estavam uniformização dos alunos, horários rígidos, monitoramento comportamental, exigência de respeito e urbanidade, rituais de início e término das aulas e valorização dos símbolos nacionais. Essas práticas refletiam a tradição das escolas primárias, que buscavam estabelecer um ambiente escolar moralmente orientado, disciplinado e eficiente.

Ao analisar a influência da política educacional de Vargas na Escola Demóstenes Avelino, é possível identificar uma convergência entre princípios nacionais e práticas locais. Entre as principais marcas do período que se perpetuaram na escola, destacando a figura do professor Felismino Freitas, como uma fonte dos ideais varguistas mesmo após o fim do Estado Novo, tendo em vista que os programas curriculares continuaram alinhados às orientações federais.

A política educacional de Getúlio Vargas exerceu influência profunda e duradoura sobre a estrutura e o funcionamento do sistema escolar brasileiro, especialmente no ensino primário. No Piauí, essa influência se materializou na organização das escolas, na formação dos professores e na consolidação de práticas pedagógicas centradas na disciplina, no civismo e na autoridade docente.

A implantação e o desenvolvimento do ensino técnico na Escola Demóstenes Avelino, em Teresina, constituíram um dos elementos centrais de sua proposta pedagógica, evidenciando o compromisso da instituição com uma formação que articulava instrução intelectual e preparação para o mundo do trabalho. Inserida em um contexto marcado pela valorização do ensino profissionalizante, sobretudo a partir das transformações educacionais ocorridas nas décadas de 1940, a escola buscou responder às demandas sociais e econômicas locais, oferecendo cursos voltados à capacitação técnica e comercial.

Nesse sentido, o ensino técnico assumiu papel estratégico na trajetória da instituição, ao possibilitar a formação de jovens aptos a atuar em setores administrativos, comerciais e

bancários, áreas em expansão no cenário urbano de Teresina. A oferta de cursos técnicos, como a escola de comércio e cursos preparatórios para concursos públicos e instituições financeiras, ampliava as oportunidades de inserção profissional dos estudantes, ao mesmo tempo em que reforçava o prestígio da escola no meio educacional piauiense.

Além disso, o funcionamento do ensino técnico, especialmente no período noturno, revela o caráter inclusivo da proposta educacional da Escola Demóstenes Avelino, ao atender alunos que conciliavam estudo e trabalho. Tal iniciativa dialogava com os princípios de modernização e racionalização do ensino, difundidos no Brasil durante o período varguista, que defendiam a formação de mão de obra qualificada como instrumento de desenvolvimento econômico e social.

Dessa forma, o ensino técnico na Escola Demóstenes Avelino não se limitou à transmissão de conteúdos práticos, mas integrou um projeto educacional mais amplo, voltado à formação cidadã e profissional dos estudantes. Ao articular saberes técnicos, disciplina escolar e valores cívicos, a instituição consolidou-se como referência no campo da educação piauiense.

O Ginásio Dr. Demóstenes Avelino mantém, além do curso ginásial, a Escola Técnica de Comércio, destinada à preparação prática e intelectual da juventude piauiense, habilitando-a para o exercício das atividades comerciais e administrativas, tão necessárias ao progresso econômico do Estado. (Gazeta do Piauí, Teresina, década de 1950).

Essa nota publicada na Gazeta do Piauí evidencia o papel desempenhado pela Escola Demóstenes Avelino na articulação entre formação intelectual e capacitação técnica, sobretudo por meio da Escola Técnica de Comércio. A oferta desse tipo de ensino insere a instituição no contexto mais amplo das políticas educacionais do período, marcadas pela valorização da formação profissional como instrumento de modernização econômica e de preparação da juventude para o mercado de trabalho urbano em Teresina.

A Escola Demóstenes Avelino, fundada e mergulhada nesse contexto sociopolítico, incorporou em sua própria identidade muitas das diretrizes, valores e práticas que orientavam a educação nacional. Como instituição nascida em um período de forte centralização estatal e de valorização do civismo escolar, a escola não apenas reproduziu essas orientações, mas as assimilou como elementos estruturantes de seu funcionamento cotidiano. A atuação de Felismino Freitas foi decisiva nesse processo: com sua visão ética, disciplinadora e quase missionária da educação, ele reforçou a ideia de que o papel da escola ultrapassava o simples ensino de conteúdos. Para ele, cabia ao professor exercer uma função moralizadora, formar

cidadãos úteis, obedientes, patrióticos e preparados para o trabalho, alinhando-se aos ideais do nacionalismo pedagógico da época. Assim, a Demóstenes Avelino atuou como espaço de difusão desses valores, tornando-se não apenas uma instituição escolar, mas um instrumento de formação integral e de conformação social da juventude piauiense.

Assim, compreender a trajetória da Escola Demóstenes Avelino exige reconhecer a profunda influência do projeto educacional de Getúlio Vargas, que lapidou não apenas as estruturas formais da instituição, mas também seus valores, práticas e concepções pedagógicas. Sob o impacto das reformas centralizadoras e nacionalistas do Estado Novo, a escola incorporou diretrizes que buscavam uniformizar o ensino, disciplinar o comportamento escolar e fortalecer o sentimento de identidade nacional. Essa influência se manifestava tanto na organização administrativa e curricular quanto no cotidiano da instituição, marcado pela valorização do civismo, da moralidade e da preparação para o trabalho. Dessa forma, a Demóstenes Avelino tornou-se expressão local de um projeto nacional mais amplo, funcionando como espaço onde a pedagogia política do varguismo se materializava e ganhava forma concreta na formação das novas gerações.

3.2 Revista *Zodíaco*: berço de intelectuais piauienses.

Fundada na primeira metade do século XX, em Teresina, a *Zodíaco* integrou um movimento cultural que buscava fortalecer a produção literária local em um período em que o Piauí vivia transformações educacionais e urbanísticas. A criação de escolas, bibliotecas, clubes literários e grêmios estudantis incentivava a leitura e a escrita, refletindo um ambiente intelectual em formação.

O Piauí vivenciou, ao longo da década de 1940, um momento de efervescência cultural marcado pela emergência de diversas revistas literárias e estudantis que buscavam consolidar um espaço próprio para a produção intelectual local. Esses periódicos, muitas vezes editados artesanalmente por grupos de estudantes, professores e jovens escritores, desempenharam papel fundamental na formação de uma consciência estética e cidadã entre seus colaboradores. Revistas como *A Aurora*, *Zodíaco* e *O Estudante* configuraram-se como laboratórios de escrita e reflexão, nos quais se discutiam literatura, política, educação e identidade regional. Em um contexto de profundas transformações no campo educacional brasileiro, tais revistas piauienses contribuíram para o fortalecimento de uma cultura letrada, oferecendo visibilidade a novos talentos e incentivando o desenvolvimento de um pensamento crítico que ultrapassava os limites das instituições escolares. Assim, a década de 1940 consolidou-se como um período decisivo para a emergência de uma intelectualidade jovem e atuante no estado. (NUNES, 2017, p. 52).

A revista *Zodíaco* foi idealizada pelo proprietário e diretor do Ginásio Demostenes Avelino, Felismino Freitas. Esse projeto teve seu embrião no Centro Cultural “Lima Rebelo”,

que recebeu esse nome em homenagem a um dos pioneiros da educação na cidade de Parnaíba. O termo *Zodíaco* foi uma homenagem ao poeta Da Costa e Silva que figurava como uma grande revelação na literatura brasileira. Essa revista teve a participação de diversas personalidades das letras e produzia publicações mensais.

Figura 5 - Revista Zodíaco, Ano I, nº 2, de 11 de julho de 1943, p.10.



Fonte: FREITAS, Felismino. Educação como missão e vocação. Teresina: EDUFPI, 1989.

Hindemburgo Dobal, Celso Pinheiro e Martins Napoleão são exemplos de intelectuais que tiveram participação assídua na elaboração dos periódicos.

A participação dos jovens literatos vinculados ao Ginásio Demóstenes Avelino na revista *Zodíaco* revela não apenas um exercício precoce da escrita, mas um verdadeiro compromisso com o cultivo da vida intelectual piauiense. Esses estudantes, muitos ainda iniciantes no campo literário, encontravam nas páginas da revista um ambiente de experimentação estética e de afirmação identitária. Suas produções demonstravam maturidade temática, sensibilidade social e domínio crescente da linguagem, aspectos que a *Zodíaco* ajudava a lapidar. É possível afirmar que a revista funcionava, para aqueles jovens, como uma extensão natural do espaço escolar, onde o diálogo entre professores, colegas e textos literários se transformava em incentivo direto ao desenvolvimento da crítica, da imaginação e do compromisso cultural. Assim, o Ginásio Demóstenes Avelino e a revista *Zodíaco* mantiveram uma relação simbiótica, na qual a escola fornecia leitores e escritores, enquanto a revista devolvia à escola uma atmosfera de refinamento intelectual e de estímulo à formação humanística. (CARVALHO, 2016, p. 78).

A revista *Zodíaco* representa um dos marcos mais expressivos da vida cultural piauiense, especialmente pela sua atuação como difusora de ideias e formadora de jovens escritores, educadores e intelectuais que marcaram profundamente a história e memória do estado do Piauí. Criada em um momento de intensificação das iniciativas literárias no Piauí, a

revista constituiu-se como um espaço de legitimação intelectual e de construção de redes de sociabilidade que se entrelaçaram com instituições educacionais de destaque, entre elas o Ginásio Demóstenes Avelino.

Nesse cenário, a *Zodiaco* tornou-se mais que um periódico, pois converteu-se em um projeto cultural que articulava poesia, crítica, ensaio, crônica e reflexões sobre a identidade piauiense. O periódico reunia contribuições de estudantes do ensino secundário e professores, além de jovens literatos que encontravam um espaço democrático de expressão.

Essas publicações tinham uma função informativa e social no que tange aos assuntos relacionados a inovações no modelo educacional. Temáticas relacionadas a educação física e a prática de música como elementos indispensáveis para o corpo e a alma, eram pautas da revista *Zodiaco* que trilhava a coerência da psicologia da “Escola Nova” que defendia a ideia de uma educação integral.

Freitas versa que:

A metodologia adotada pela Escola Demóstenes Avelino, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1970, fundamentava-se na conjugação entre disciplina intelectual e formação humanística, evidenciando uma concepção de ensino que ultrapassava o simples repasse de conteúdos. A instituição incorporava práticas pedagógicas que valorizavam a leitura, a escrita reflexiva e o incentivo à pesquisa, estimulando o estudante a assumir papel ativo em sua própria aprendizagem. Os professores eram orientados a desenvolver aulas dialogadas, uso sistemático de textos literários, exercícios de interpretação e debates que buscavam conectar o conhecimento escolar ao cotidiano social dos alunos. Essa postura metodológica, somada ao rigor nas atividades de sala e ao acompanhamento individualizado, conferiu à escola um reconhecimento singular dentro da rede de ensino piauiense. Como consequência, a Escola Demóstenes Avelino consolidou-se como um espaço em que a formação acadêmica ganhava profundidade e sentido, constituindo gerações de estudantes preparados intelectual e eticamente para participar da vida cultural e social do estado. (FREITAS, 1998).

Fazendo uma reflexão com o pensamento de Freitas podemos observar que o Ginásio Demóstenes Avelino estruturou uma metodologia pedagógica diferenciada, capaz de ir além do ensino tradicional. Ao enfatizar práticas como leitura, escrita reflexiva, debates e interpretação de textos, o trecho evidencia que a instituição adotava uma perspectiva formativa integral, alinhada aos princípios humanísticos e à valorização da autonomia intelectual dos estudantes. Dessa forma, a citação reforça a ideia de que a instituição em estudo se consolidou como um espaço de formação sólida, capaz de preparar gerações de estudantes não apenas para a continuidade dos estudos, mas para atuar de modo ético, consciente e participativo na vida cultural e social do estado.

O caráter de formação de intelectuais da revista é um dos elementos que mais se destaca na sua criação, história e memória. Muitos de seus colaboradores iniciaram suas carreiras como escritores, cronistas, professores e pesquisadores nas suas páginas. A revista funcionava como uma escola literária paralela, onde os jovens aprimoravam seus estilos, testavam formas poéticas e ampliavam sua visão de mundo.

Assim, reconhecer a *Zodiaco* como berço de intelectuais significa compreender sua posição estratégica como mediadora entre a cultura, a educação e as formas de pensamento que moldaram instituições como a própria Escola Demóstenes Avelino. Mais do que um núcleo de produção literária, a *Zodiaco* funcionava como um verdadeiro laboratório intelectual, onde discursos, práticas e projetos educacionais eram discutidos, refinados e socializados entre seus membros. Nesse ambiente, a circulação de jornais, revistas, palestras e encontros culturais fortalecia uma rede de sociabilidades que aproximava o universo escolar das reflexões políticas, filosóficas e pedagógicas em voga no Piauí e no Brasil.

Ao conectar professores, escritores, estudantes e figuras influentes, a *Zodiaco* contribuía para difundir ideais de modernização, valorização do saber e ampliação do acesso à instrução pública. Desse modo, ela não apenas inspirava a formação de quadros intelectuais que atuariam na Escola Demóstenes Avelino, mas também influenciava concepções pedagógicas, práticas docentes e visões de mundo que acabaram por moldar a identidade daquela instituição. Assim, a relevância da *Zodiaco* ultrapassa sua existência como espaço cultural: ela se insere como força estruturante no desenvolvimento da educação piauiense, articulando pensamento crítico, formação intelectual e compromisso com a transformação social.

A revista *Zodiaco* configurou-se como um celeiro de intelectuais, em um hábitat estruturante onde se forjaram nomes que, posteriormente, integrariam o magistério e a elite intelectual do estado do Piauí. Posteriormente, esses jovens escritores tornaram-se docentes e literatos, e disseminaram seus conhecimentos e suas obras, para as gerações futuras servindo como referência e demonstrando forte influência na educação piauiense.

“O surgimento de uma geração de intelectuais piauienses, sobretudo na segunda metade do século XX, encontra relação direta com o ambiente formativo proporcionado pela revista *Zodiaco*. Suas páginas funcionavam como um terreno fértil para o florescimento de jovens escritores, professores e ensaístas que ali experimentavam seus primeiros exercícios de criação e interpretação. Muitos dos nomes que posteriormente ocupariam posições de destaque na literatura, no magistério e na crítica cultural do Piauí tiveram na *Zodiaco* o primeiro espaço de legitimação de sua voz autoral. A revista oferecia aos seus colaboradores não apenas um meio de publicação, mas uma verdadeira comunidade intelectual, na qual o

debate, a troca de leituras e a convivência estética impulsionavam o desenvolvimento de competências reflexivas e sensibilidade artística. Assim, a *Zodiaco* pode ser reconhecida como um núcleo articulador da intelectualidade piauiense, uma incubadora cultural que desempenhou papel decisivo na formação de uma geração comprometida com a palavra escrita, com a investigação crítica e com o fortalecimento da identidade regional.” (ALBUQUERQUE, 2020, p. 91)

A citação evidencia o papel central da revista *Zodiaco* como espaço de formação intelectual e cultural no Piauí, destacando que sua importância ultrapassava a função de simples veículo de publicação estudantil. O trecho destaca como a revista constituiu um verdadeiro ambiente de experimentação literária e debate crítico, permitindo que jovens escritores, futuros professores e ensaístas desenvolvessem suas primeiras experiências de escrita e reflexão. Dessa forma, a revista aparece como uma ponte na vida cultural piauiense, contribuindo decisivamente para a consolidação de uma geração comprometida com o pensamento crítico e com o fortalecimento da identidade regional.

A circulação da revista, em muitos momentos, teve impacto significativo no imaginário cultural da época, porque demonstrava que o Piauí possuía um ambiente fértil para a formação intelectual mesmo dentro das limitações estruturais que o estado enfrentava.

A *Zodiaco* não atuava isoladamente, ou seja, estava inserida em uma rede de instituições, clubes literários, escolas e professores que nutriam o ambiente cultural. Então, a colaboração de alunos de outras escolas de Teresina, era aspecto que favorecia a riqueza de conteúdos dos periódicos. Ademais, essa prática proporcionava um intercâmbio cultural entre essas instituições e o Ginásio Demóstenes Avelino.

Cumprir destacar que a ligação entre a revista *Zodiaco* e o Ginásio Demóstenes Avelino é perceptível ao se observar que muitos dos futuros professores e gestores da instituição foram, em sua juventude, leitores, colaboradores ou admiradores da revista. A formação humanística dispensada pela revista *Zodiaco*, alinhada a princípios de valorização da cultura, da literatura e do pensamento crítico, encontra ressonância no projeto pedagógico humanizador defendido décadas por Felismino Freitas.

Muitos estudantes da Escola Demóstenes Avelino, especialmente ao longo da década de 1950 e no início dos anos 1960, tiveram contato com textos da revista *Zodiaco* por intermédio de professores que incorporavam seus artigos, crônicas e poemas como material de leitura complementar. Essa prática não apenas aproximava os alunos da produção intelectual local, como também lhes proporcionava acesso a debates culturais, literários e educacionais

que circulavam entre os principais pensadores do Piauí naquele período. Ao levar a *Zodiaco* para a sala de aula, os docentes ampliavam o repertório formativo dos estudantes, fortalecendo vínculos entre escola e ambiente cultural da cidade. Assim, a revista desempenhou papel relevante na formação de gerações, atuando como ponte entre a educação formal e o universo intelectual piauiense.

É importante destacar a obra de alguns desses intelectuais que tiveram sua iniciação na Revista *Zodiaco*, dentre eles, primeiramente falaremos de Hindemburgo Dobal Teixeira, popularmente conhecido e consagrado como H. Dobal. Sua relação com a Revista *Zodiaco* revela a importância do periódico como espaço formador de sensibilidades literárias no ambiente escolar piauiense. Embora sua produção madura tenha se consolidado décadas depois, é no contexto cultural representado por iniciativas como a *Zodiaco*, voltadas ao estímulo da escrita, da leitura e da reflexão crítica entre, que se reconhecem os primeiros movimentos de afirmação de uma geração de jovens que, como Dobal, viriam a ocupar posição de destaque na literatura piauiense. A revista, ao promover um ambiente de sociabilidade intelectual, debates estéticos e circulação de textos poéticos e ensaísticos, integra simbolicamente o conjunto de experiências que ajudaram a moldar a sensibilidade do poeta.

Assim, a *Zodiaco* não apenas registra um momento de efervescência cultural no interior da escola, mas representa também um dos marcos institucionais que contribuíram para a formação do imaginário literário compartilhado por escritores como H. Dobal. O prodígio escritor, com então 16 anos de idade, fez a publicação de uma resenha da obra *Momento em Pekim*. Tal feito, demonstra o nível cultural, alicerçado por temas de cunho internacional. Além do mais, esse evento servia como exemplo e estímulo para comunidade estudantil.

Ele nasceu em 17 de outubro de 1927, em Teresina, capital do Piauí. Cresceu em uma família tradicional, numa cidade que, à época, ainda preservava características predominantemente rurais e uma vida cultural em formação. Desde cedo, demonstrou sensibilidade literária, interesse pela leitura e observação atenta da realidade. Sua formação inicial ocorreu em escolas públicas da capital, onde teve contato com professores que estimularam seu olhar crítico e vocação literária.

Em 1952, concluiu o curso de Direito na Faculdade de Direito do Piauí. Nessa fase, já escrevia poemas e textos dispersos, influenciado pela estética modernista e pela crescente

literatura nordestina. Após se formar, transferiu-se para o Rio de Janeiro e ingressou no Ministério da Fazenda, onde trabalhou como auditor fiscal durante décadas.

A vida profissional o levou a diferentes cidades, inclusive Brasília, Londres e Berlim. Essa experiência cosmopolita ampliou sua visão de mundo, mas não afastou Dobal do seu vínculo afetivo com o Piauí. Pelo contrário: a distância reforçou a necessidade de retornar poeticamente à terra natal, criando uma escrita marcada pela memória, pela saudade e pela percepção crítica da vida simples. Em seus relatos, Londres lhe ofereceu silêncio e introspecção, enquanto Berlim lhe despertou reflexões sobre identidade, história e permanências culturais.

De acordo com Almeida:

A poesia de H. Dobal nasce de uma intimidade radical com o Piauí, especialmente com Teresina, cidade que ele observava com a precisão de um cronista e a sensibilidade de um memorialista. Sua obra transforma detalhes cotidianos — o calor persistente, as ruas silenciosas, a lentidão provinciana, o movimento dos mercados — em símbolos de pertencimento. Ao escrever sobre sua terra, Dobal não buscava exaltar um regionalismo estreito, mas revelar a universalidade contida no particular, fazendo do Piauí um cenário existencial e filosófico. Sua afeição pelo território é tão profunda que a cidade se converte em personagem, espelho e extensão do próprio poeta. (ALMEIDA, 2017, p. 88).

A citação alude que H. Dobal está profundamente enraizada na paisagem afetiva e cultural do Piauí, revelando uma relação que ultrapassa a simples evocação geográfica. Ela é marcada por uma afetividade profunda, que converte o espaço piauiense em pura poesia. A partir da década de 1960, H. Dobal consolidou sua atuação literária. Publicou seu primeiro livro, *O Tempo Consequente* (1966), que chamou atenção da crítica pela maturidade estilística e pelo lirismo contido. Logo depois veio *O Dia sem Presságios* (1970), obra premiada com o Prêmio Jorge de Lima, conferindo-lhe reconhecimento nacional. Ele faleceu em 22 de maio de 2008, deixando vasta contribuição para a literatura piauiense e brasileira. Foi poeta, cronista, conferencista e jornalista. É considerado um dos maiores poetas do Piauí, com forte influência das escolas simbolista e parnasiana.

Celso Pinheiro e Martins Napoleão também figuram entre os jovens escritores e estudantes que marcaram a produção intelectual ligada ao Ginásio Demóstenes Avelino durante as décadas de 1940 e 1950. Ambos integraram o grupo de colaboradores da revista *Zodíaco*, periódico escolar de circulação interna que desempenhou papel central na formação literária de uma geração de estudantes piauienses.

Celso Pinheiro, destacou-se desde cedo pela habilidade poética e pela sensibilidade estética influenciada pelo ambiente cultural da capital piauiense. Seus primeiros textos publicados ocorreram justamente nas páginas da *Zodiaco*, onde experimentou temas ligados ao cotidiano urbano, à paisagem afetiva da cidade e à busca de identidade literária. A participação na revista consolidou seu reconhecimento entre professores e colegas, permitindo que suas produções ganhassem amadurecimento crítico e estilístico.

Martins Napoleão, também aluno do Ginásio Demóstenes Avelino, desenvolveu intensa atuação no campo ensaístico e narrativo. Seus escritos para a revista revelam um jovem atento às discussões educacionais, políticas e culturais do período, especialmente as transformações promovidas pelo Estado Novo na estrutura escolar. Por meio da *Zodiaco*, Martins Napoleão se projetou como um dos articuladores do debate intelectual estudantil, contribuindo para que o periódico se tornasse espaço de reflexão e circulação de ideias modernas no âmbito escolar.

A presença de ambos na *revista Zodiaco* reforça o papel do periódico como berço formador de intelectuais, estimulando a leitura, a escrita e o exercício crítico. Suas contribuições demonstram como o Ginásio Demóstenes Avelino, por meio de iniciativas como a *Zodiaco*, favoreceu o surgimento de talentos literários que posteriormente ganharam relevância no cenário cultural piauiense.

Dessa forma, é claro que a *revista Zodiaco* se enquadra como peça fundamental na preservação da memória cultural do estado, pois registrou debates, preocupações e perspectivas de uma geração que vivia um período de transição. Nas palavras de Ribeiro (2015), “as revistas literárias funcionam como espelhos do tempo: refletem não apenas a estética de uma época, mas as tensões e expectativas sociais” (p. 141).

A citação de Ribeiro (2015) reforça a compreensão de que as revistas literárias, como a *Zodiaco*, ultrapassam a função de simples repositórios de textos. Elas constituem espaços de expressão coletiva que registram sensibilidades, debates e inquietações de seu tempo. Essa revista revelou as tensões sociais, culturais e políticas que atravessam o período em análise. Esse pensamento permite aprofundar a análise da *Zodiaco* como fonte histórica e cultural, ao evidenciar que as revistas literárias funcionam como espaços privilegiados de mediação entre produção intelectual e contexto social. Ao registrar debates, sensibilidades e inquietações de seu tempo, a revista torna-se um testemunho das tensões sociais, culturais e políticas que

atravessaram o período em questão, revelando não apenas posicionamentos estéticos, mas também projetos de formação intelectual e cidadã.

Desse modo, a revista assume relevância enquanto documento histórico, capaz de iluminar as relações entre cultura, educação e sociedade, contribuindo para a compreensão do papel desempenhado por tais publicações na constituição da memória intelectual e educacional piauiense. Através de suas páginas, é possível identificar temas como modernização urbana, educação, política nacional e internacional e assuntos diversos. O periódico é, portanto, uma fonte primária valiosa para a compreensão da formação intelectual de toda uma geração de piauienses.

Reconhecer a *Zodiaco* como um espaço formador de intelectuais implica situá-la como instância estratégica de mediação entre os campos da cultura, da educação e da produção do pensamento social que influenciaram diretamente instituições como a Escola Demóstenes Avelino. Sua atuação excedia os limites da escrita literária ou da difusão jornalística, configurando-se como um sítio de circulação de ideias, debates e proposições alinhadas a projetos de modernização que repercutiram no contexto educacional piauiense. Ao congrega escritores, docentes, estudantes e agentes públicos, a *Zodiaco* favoreceu a constituição de um ambiente intelectual dinâmico, no qual se elaboravam reflexões acerca do ensino, da formação cidadã e da identidade regional. Desse modo, sua intervenção não apenas dialogava com as demandas educacionais do período, mas também contribuía para a consolidação de um hábito intelectual que incidiu sobre a criação, a organização e o reconhecimento social de instituições escolares de destaque no Estado.

4 Considerações finais.

A análise empreendida ao longo desta monografia permitiu compreender a trajetória histórica e a relevância da Escola Demóstenes Avelino no cenário educacional piauiense entre os anos de 1942 e 1972. O percurso investigativo mostrou que a instituição não pode ser dissociada das transformações políticas e pedagógicas que marcaram o Brasil e o Piauí ao longo do século XX, especialmente no contexto republicano e, de forma mais incisiva, durante as reformas educacionais promovidas pelo governo de Getúlio Vargas.

No Capítulo 1, ao discutir a educação no período republicano, verificou-se que o projeto político instaurado a partir de 1889 orientou-se por ideais de modernização,

centralização administrativa e formação cidadã. Esse capítulo evidenciou como a instrução pública foi mobilizada como instrumento de consolidação do novo regime, embora marcada por contradições profundas entre discurso e prática. As pesquisas mostram que a promessa de universalização da educação conviveu com desigualdades persistentes, seletividade no acesso e forte influência das elites locais na condução das políticas educacionais. No Piauí, essas tensões foram ainda mais evidentes diante das limitações estruturais, financeiras e administrativas do estado, que dificultaram a consolidação de um sistema escolar abrangente e democrático.

Nesse contexto, destacou-se o papel das escolas normais, dos grupos escolares e das instituições privadas que emergiram como alternativas à frágil rede estatal. Esses modelos escolares representaram, ao mesmo tempo, avanços na organização pedagógica e um campo fértil para a reprodução das desigualdades sociais, reforçando a formação das elites urbanas piauienses. Esse panorama possibilitou compreender as bases sobre as quais se ergueria, posteriormente, a Escola Demóstenes Avelino.

No Capítulo 2, observou-se como a criação da escola, em 1942, está diretamente vinculada às políticas educacionais do período Vargas. As Reformas Francisco Campos e, sobretudo, a Reforma Capanema, estabeleceram um novo padrão de organização do ensino secundário brasileiro, centrado na disciplina, no civismo, na hierarquia escolar e na formação moral. A Escola Demóstenes Avelino incorporou tais diretrizes em sua estrutura pedagógica, em sua organização administrativa e nos princípios construídos ao longo de sua existência.

A figura de Felismino Freitas revelou-se central nesse processo. Sua atuação como educador, gestor e líder comunitário contribuiu para consolidar um modelo de escola que combinava rigor disciplinar, excelência acadêmica e incentivo à formação humanística. A instituição destacou-se por oferecer ensino de qualidade em todos os turnos, por sua abertura à inclusão de estudantes trabalhadores e por constituir-se como espaço de referência intelectual e cultural na cidade de Teresina.

Outro elemento decisivo investigado foi a atuação da *Revista Zodíaco*, analisada no tópico 3.2. A revista, produzida no ambiente escolar, tornou-se símbolo do protagonismo estudantil e núcleo de formação literária e intelectual. Ela permitiu que jovens piauienses desenvolvessem habilidades de escrita, senso crítico e participação cultural, contribuindo para o surgimento de futuros intelectuais do estado. A articulação entre escola e revista reforça a

ideia de que a instituição ultrapassou seu papel formal de ensino, tornando-se polo de produção e circulação de saberes.

Ao integrar história e memória, o estudo evidenciou que a Escola Demóstenes Avelino se constitui como patrimônio educacional de Teresina e do Piauí. A memória coletiva construída a partir da vivência de alunos, professores e da comunidade escolar demonstra que a instituição extrapolou seus limites físicos e temporais, deixando um legado que permanece vivo no imaginário social. Como apontam autores como Halbwachs e Le Goff, trabalhar com memória implica compreender o papel das instituições na produção de identidades, valores e narrativas que estruturam a experiência coletiva.

Dessa maneira, concluímos que a Escola Demóstenes Avelino não apenas acompanhou as transformações educacionais do Piauí, mas tornou-se protagonista delas. Seu impacto pedagógico, cultural e social a posiciona como uma das instituições mais relevantes na formação das gerações que passaram por suas salas, contribuindo de forma expressiva para o desenvolvimento intelectual e para a construção da identidade educacional piauiense.

Por fim, esta pesquisa reafirma a importância de preservar documentos, memórias e estruturas materiais capazes de testemunhar o passado escolar. Estudar a história e a memória da Escola Demóstenes Avelino é, portanto, um exercício de valorização da educação como prática social, cultural e humana, e um convite à continuidade de investigações que fortaleçam o reconhecimento do patrimônio educacional do Piauí.

5 Referências.

- ALBUQUERQUE, Tarsila. **Cultura e modernidade no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2020.
- ALMEIDA, João Henrique. **A poesia e o território**: leituras sobre H. Dobal. Teresina: EDUFPI, 2017.
- BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- BRASIL. Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. **Crêa o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1930.
- BRITO, Itamar de Sousa. **História da educação no Piauí**: enfoque normativo, estrutura organizacional, processo de sistematização. Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 1996.
- CAPANEMA, Gustavo. **Diretrizes e bases da educação nacional: discursos e documentos**. Rio de Janeiro: MEC, 1942.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **História do Brasil e revisões historiográficas**. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 21–37, nov. 2016.
- CARVALHO, Luís Henrique. **Literatura jovem e impressos educativos no Piauí do século XX**. Teresina: Editora Delta, 2016.
- CARVALHO, Marta Susany Moura. **Um educador e seu tempo**: formação e ação educacional do professor Felismino Freitas Weser (1910–1952). Teresina (PI), s.ed., s.d.
- ESTATUTO do Ginásio Dr. Demóstenes Avelino**. *Zodíaco*, Teresina, ano 3, n. 14, p. 19–27, 20 mar. 1945.
- FARIAS, Vanessa Soares Negreiros. **Em busca da geração perdida**: formação escolar e intelectual de homens de letras em Teresina (1930–1964). s.l., s.ed., s.d.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERRO, M. A. B. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina/Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996. p. 87–90.
- FREITAS, Felismino. **Educação como missão e vocação**. Teresina: EDUFPI, 1989.
- FREITAS, Maria Leonilia de; FREITAS, Francisco Newton; SOUSA, Francisco Antônio Freitas de. Professor Felismino Freitas: **educação como missão e vocação**. Teresina: *Zodíaco*, 2009.
- GAZETA DO PIAUÍ**. Ginásio Dr. Demóstenes Avelino. Teresina, s.d. Década de 1950. Jornal impresso.
- GINÁSIO Dr. Demóstenes Avelino. *Zodíaco*, Teresina, ano 2, n. 12, dez. 1944, p. s/n.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

MAGALHÃES, Ribeiro. **Realização de um sonho**. Zodíaco, Teresina, ano 3, n. 16, p. 27, 7 set. 1945.

MAGALHÃES, Melo. **Um ginásio modelar**. Zodíaco, Teresina, ano 2, n. 12, p. 7-9, dez. 1944.

MELO, Cláudio Alves de. **História da educação no Piauí**: instituições, políticas e cultura escolar. Teresina: EDUFPI, 2010.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Loyola, 2001.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. Educação e modernização no Piauí. Teresina: EDUFPI, 2013.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. **Modernização educacional no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2007.

NASCIMENTO, Lindalva de Sousa. **Políticas educacionais no Piauí republicano**. Teresina: EDUFPI, 2012.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

REVISTA ZODÍACO. Desfile cívico. Zodíaco, Ano I, n. 2, 22 jul. 1943, p. 10

SANTOS, Maria do Socorro Sousa. **História da educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **A escola e a questão social no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 205.

SAVIANI, Dermeval. **História da educação brasileira**. São Paulo: Autores Associados, 1994.

SOUSA, Lindalva Nascimento de. **História da educação no Piauí**: práticas, reformas e cultura escolar. Teresina: EDUFPI, 2014.

SOUSA, Lindalva Nascimento de. **A formação do magistério no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2010.

TEIXEIRA, Anísio. **Sistema de educação e democracia.** Educação & Sociedade. Rio de Janeiro, 1952.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.